

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	108
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	112
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	113
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	115
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	117
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.818.695
Preferenciais	3.679.836
Total	7.498.531
Em Tesouraria	
Ordinárias	31.162
Preferenciais	31.162
Total	62.324

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.062.440.368	980.816.744	990.224.751
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	127.013.972	135.422.515	163.426.338
1.01.01	Caixa	14.352.187	16.361.758	19.522.250
1.01.01.01	Disponibilidades	14.352.187	16.361.758	19.522.250
1.01.02	Aplicações de Liquidez	112.661.785	119.060.757	143.904.088
1.02	Ativos Financeiros	721.156.594	689.083.046	677.147.200
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	212.523.607	237.128.073	248.098.786
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	185.906.957	208.187.175	215.818.070
1.02.02.02	Derivativos	26.616.650	28.940.898	32.280.716
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	508.632.987	451.954.973	429.048.414
1.02.04.04	Operações de Crédito	343.372.638	317.359.419	279.580.268
1.02.04.07	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de Operações de Arrendamento	-30.316.513	-23.373.567	-21.835.445
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	195.576.862	157.969.121	171.303.591
1.03	Tributos	43.148.689	37.120.562	37.967.903
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	43.148.689	37.120.562	37.967.903
1.03.01.06	Ativos Fiscais	43.148.689	37.120.562	37.967.903
1.04	Outros Ativos	83.793.648	81.872.412	76.275.431
1.05	Investimentos	75.300.048	25.980.085	23.208.562
1.05.01	Participações em Coligadas	75.296.430	25.958.916	23.187.617
1.05.01.01	Participações em Coligadas e Controladas	75.296.430	25.958.916	23.187.617
1.05.05	Outros Investimentos	3.618	21.169	20.945
1.06	Imobilizado	5.712.275	6.066.686	6.102.538
1.06.01	Imobilizado de Uso	16.029.469	15.755.314	14.849.653
1.06.01.01	Imóveis de Uso	2.425.172	2.463.155	2.443.916
1.06.01.02	Outras Imobilizações de Uso	13.604.297	13.292.159	12.405.737
1.06.03	Depreciação Acumulada	-10.317.194	-9.688.628	-8.747.115
1.07	Intangível	6.315.142	5.271.438	6.096.779
1.07.01	Intangíveis	39.532.031	38.014.032	38.034.190

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.07.01.01	Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	27.220.515	28.523.504
1.07.01.02	Outros Ativos Intangíveis	12.311.516	10.793.517	9.510.686
1.07.03	Amortização Acumulada	-33.216.889	-32.742.594	-31.937.411

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.062.440.368	980.816.744	990.224.751
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	911.803.579	833.122.298	845.613.298
2.01.01	Depósitos	421.913.140	406.882.409	392.471.481
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	116.968.926	100.870.087	159.971.460
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	147.875.535	115.842.979	87.059.806
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	67.675.096	79.728.750	54.971.762
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	13.970.462	11.853.084	12.748.389
2.01.09	Outras Passivos Financeiros	117.502.650	85.789.650	103.263.274
2.01.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	25.897.770	32.155.339	35.127.126
2.03	Provisões	0	360.501	313.983
2.03.01	Resultado de Exercícios Futuros	0	360.501	313.983
2.04	Passivos Fiscais	4.316.676	2.970.639	5.388.834
2.05	Outros Passivos	64.354.508	65.519.235	59.725.759
2.05.01	Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.141.393	4.312.234	4.249.744
2.05.02	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	4.257.374	5.033.675	5.921.882
2.05.03	Outras Provisões	2.621.910	2.459.361	2.160.187
2.05.04	Diversos	53.333.831	53.713.965	47.393.946
2.07	Patrimônio Líquido	81.965.605	78.844.071	79.182.877
2.07.01	Capital Social Realizado	55.000.000	55.000.000	57.000.000
2.07.02	Reservas de Capital	436.314	387.537	302.665
2.07.04	Reservas de Lucros	31.033.712	27.241.353	22.337.439
2.07.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	32.253.028	27.954.392	23.128.797
2.07.04.09	Ações em Tesouraria	-1.219.316	-713.039	-791.358
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-4.504.421	-3.784.819	-457.227

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	89.128.977	89.510.090	99.165.058
3.01.01	Operações de Crédito	62.676.931	49.671.784	46.237.064
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	27.036.056	28.372.573	57.259.976
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-6.587.976	7.617.437	-277.672
3.01.05	Resultado de Operações com Câmbio	-1.212.149	1.434.356	-5.605.733
3.01.07	Resultado das Aplicações Compulsórias	7.216.115	2.413.940	1.551.423
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-71.178.111	-56.931.567	-83.174.153
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-55.201.831	-34.550.727	-44.594.777
3.02.02	Resultado Operações de Empréstimos e Repasses	4.561.017	-9.424.889	-24.511.485
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-20.819.824	-12.580.038	-13.216.424
3.02.05	Resultado Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	282.527	-375.913	-851.467
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	17.950.866	32.578.523	15.990.905
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-5.062.258	-11.361.641	-8.238.856
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	15.647.370	15.503.655	14.126.335
3.04.02.01	Receitas de Prestação de Serviços	15.647.370	15.503.655	14.126.335
3.04.03	Despesas com Pessoal	-6.270.788	-6.027.467	-6.220.134
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-13.059.814	-13.194.063	-11.337.530
3.04.05	Despesas Tributárias	-3.536.857	-3.371.632	-2.841.346
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	7.625.877	2.978.645	4.600.025
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-11.962.853	-10.986.261	-9.813.620
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	6.494.807	3.735.482	3.247.414
3.04.08.01	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	5.977.331	3.676.647	3.007.124
3.04.08.02	Resultado Não Operacional	517.476	58.835	240.290
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	12.888.608	21.216.882	7.752.049
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.514.907	-2.198.897	8.036.741
3.06.02	Diferido	1.514.907	-2.198.897	8.036.741
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	14.403.515	19.017.985	15.788.790
3.08	Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-106.875	-2.161.881	-64.555

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-68.908	-1.132.791	-28.965
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-37.967	-1.029.090	-35.590
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	14.296.640	16.856.104	15.724.235
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-1.938.115	-1.860.596	-1.668.087
3.10.01	Participações	-1.938.115	-1.860.596	-1.668.087
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	12.358.525	14.995.508	14.056.148

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	12.358.525	14.995.508	14.056.148
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-719.602	-3.327.592	-718.979
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-759.367	-3.581.648	-1.291.042
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	39.765	254.056	572.063
4.04	Resultado Abrangente do Período	11.638.923	11.667.916	13.337.169

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	44.517.411	12.448.525	25.984.912
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	47.456.551	55.383.479	6.853.719
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	12.358.525	14.995.508	14.056.148
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	35.098.026	40.387.971	-7.202.429
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.939.140	-42.934.954	19.131.193
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.878.316	33.110.288	-30.183.420
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	17.021.437	2.681.298	-53.030.752
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	-38.782.310	-47.440.659	-79.248.979
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	-4.575.336	-10.022.362	10.951.716
6.01.02.05	Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-523.362	-469.012	823.244
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas	-434.445	209.318	-107.645
6.01.02.08	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	-2.115.554	-1.548.498	-7.476.244
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Depósitos	15.030.731	14.410.928	118.259.315
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	16.098.839	-59.101.373	30.339.013
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-5.439.226	25.748.805	7.318.412
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	-360.501	46.518	52.242
6.01.02.14	Imposto Pago	-331.373	-2.569.320	0
6.01.02.15	Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros	-11.761.689	62.407.067	-6.656.801
6.01.02.16	Redução (aumento) em Outros Ativos	-688.063	-5.676.353	27.159.289
6.01.02.17	Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes	-2.330.644	-1.530.289	139.380
6.01.02.18	Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros	-16.318.872	-93.789.615	-3.503.797
6.01.02.19	Aumento (redução) em Outros Passivos	7.317.805	38.044.299	4.410.201
6.01.02.20	Aumento (redução) em Outras Obrigações Fiscais Correntes	375.107	2.554.006	-113.981
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-46.778.107	-371.933	3.413.296
6.02.01	Aquisição de Investimento	-33	-3.487	-145
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-996.109	-1.075.927	-1.076.414
6.02.03	Aplicações no Intangível	-2.664.234	-20.352	-1.740.278
6.02.04	Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimento	0	13.345	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	511.740	431.904	639.346
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	133.420	-21.304	101.729
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	288.712	335.084	1.293.445
6.02.08	Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	0	0	-493.156
6.02.09	Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	-48.111.010	0	0
6.02.11	Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada	-208.921	-908.100	-1.606.000
6.02.12	Alienação de Participações em Coligadas e Controladas	4.268.328	876.904	6.294.769
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	18.730.469	-6.970.127	-21.628.469
6.03.03	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-506.277	78.319	-110.223
6.03.05	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	62.604.962	99.229.585	71.204.332
6.03.06	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-36.098.379	-96.732.607	-82.628.491
6.03.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-7.269.837	-9.545.424	-10.094.087
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.469.773	5.106.465	7.769.739
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	34.297.636	29.191.171	21.421.432
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	50.767.409	34.297.636	29.191.171

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	55.000.000	387.537	27.241.354	-3.784.820	0	0	78.844.071
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.000.000	387.537	27.241.354	-3.784.820	0	0	78.844.071
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	48.777	-1.766.166	0	-6.800.000	0	-8.517.389
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	48.777	-506.277	0	0	0	-457.500
5.04.04.01	Resultado com Ações em Tesouraria	0	68.894	0	0	0	0	68.894
5.04.04.02	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	-20.117	0	0	0	0	-20.117
5.04.04.03	Ações em Tesouraria	0	0	-506.277	0	0	0	-506.277
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.259.889	0	-1.520.000	0	-2.779.889
5.04.06.01	Dividendos Prescritos	0	0	40.111	0	0	0	40.111
5.04.06.02	Dividendos	0	0	-1.300.000	0	-1.520.000	0	-2.820.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-5.280.000	0	-5.280.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-759.367	12.358.525	0	11.599.158
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	12.358.525	0	12.358.525
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-759.367	0	0	-759.367
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-759.367	0	0	-759.367
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.558.525	39.765	-5.558.525	0	39.765
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	617.926	0	-617.926	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	617.926	0	-617.926	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	4.940.599	39.765	-4.940.599	0	39.765
5.06.02.01	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	4.940.599	0	-4.940.599	0	0
5.06.02.02	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	39.765	0	0	39.765
5.07	Saldos Finais	55.000.000	436.314	31.033.713	-4.504.422	0	0	81.965.605

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	302.665	22.337.440	-457.227	0	0	79.182.878
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	302.665	22.337.440	-457.227	0	0	79.182.878
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-3.649.000	0	-3.649.000
5.04.04.01	Ações em Tesouraria	0	40.821	78.319	254.056	0	0	373.196
5.04.04.02	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	44.051	0	0	0	0	44.051
5.04.06.01	Dividendos	0	0	-200.000	0	-5.800.000	0	-6.000.000
5.04.06.02	Dividendos Prescritos	0	0	6.530	0	0	0	6.530
5.04.06.03	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	4.796.733	0	-4.796.733	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.649.000	0	-3.649.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.581.649	14.995.508	0	11.413.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	14.995.508	0	14.995.508
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.581.649	0	0	-3.581.649
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-3.581.649	0	0	-3.581.649
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.06.01.01	Cisão	-2.000.000	0	-527.444	0	0	0	-2.527.444
5.06.01.02	Reserva Legal	0	0	749.775	0	-749.775	0	0
5.07	Saldos Finais	55.000.000	387.537	27.241.354	-3.784.820	0	0	78.844.071

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.000.000	197.369	12.228.601	261.753	0	0	69.687.723
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.000.000	197.369	12.228.601	261.753	0	0	69.687.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-15.068	-110.223	0	-3.837.087	0	-3.962.378
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-110.223	0	0	0	-110.223
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-15.068	0	0	0	0	-15.068
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-512.087	0	-512.087
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.325.000	0	-3.325.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	14.056.148	0	14.056.148
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	14.056.148	0	14.056.148
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	120.364	10.219.061	-718.980	-10.219.061	0	-598.616
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	702.807	0	-702.807	0	0
5.06.01.01	Reserva Legal	0	0	702.807	0	-702.807	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	120.364	9.516.254	-718.980	-9.516.254	0	-598.616
5.06.02.01	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	120.364	0	0	0	0	120.364
5.06.02.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	9.516.254	0	-9.516.254	0	0
5.06.02.03	Ajuste de Valiação Patrimonial	0	0	0	-1.291.042	0	0	-1.291.042
5.06.02.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	572.062	0	0	572.062
5.07	Saldos Finais	57.000.000	302.665	22.337.439	-457.227	0	0	79.182.877

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	80.137.023	84.484.926	95.105.153
7.01.01	Intermediação Financeira	89.128.977	89.510.090	99.165.058
7.01.02	Prestação de Serviços	15.647.370	15.503.655	14.126.335
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-20.819.824	-12.580.038	-13.216.424
7.01.04	Outras	-3.819.500	-7.948.781	-4.969.816
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-50.141.532	-46.626.121	-69.957.729
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.323.932	-8.698.621	434.939
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-319.032	-291.900	-253.865
7.03.02	Serviços de Terceiros	-2.687.335	-2.282.474	-2.067.985
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-15.037	-14.899	-3.489
7.03.04	Outros	-6.302.528	-6.109.348	2.760.278
7.04	Valor Adicionado Bruto	20.671.559	29.160.184	25.582.363
7.05	Retenções	-2.853.434	-3.637.533	-2.641.934
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.853.434	-3.637.533	-2.641.934
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.818.125	25.522.651	22.940.429
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.977.331	3.676.647	3.007.124
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.977.331	3.676.647	3.007.124
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	23.795.456	29.199.298	25.947.553
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	23.795.456	29.199.298	25.947.553
7.09.01	Pessoal	7.825.764	6.901.462	7.093.344
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.719.934	3.397.120	3.623.045
7.09.01.02	Benefícios	1.234.120	1.203.198	1.243.870
7.09.01.03	F.G.T.S.	864.850	433.955	315.165
7.09.01.04	Outros	2.006.860	1.867.189	1.911.264
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.728.719	6.444.419	4.003.628
7.09.02.01	Federais	203.172	5.693.848	3.312.646
7.09.02.02	Estaduais	807	630	567
7.09.02.03	Municipais	2.524.740	749.941	690.415

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	882.448	857.909	794.433
7.09.03.01	Aluguéis	882.448	857.909	794.433
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	12.358.525	14.995.508	14.056.148
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.280.000	3.649.000	3.325.000
7.09.04.02	Dividendos	2.820.000	6.000.000	512.087
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.258.525	5.346.508	10.219.061

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, serão divulgadas no prazo legal no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

Ao final do quarto trimestre de 2022, o Banco Santander observou a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 3,0% em 2022 frente à expansão de 5,0% no ano anterior. A projeção para 2022 é maior que a observada no final do terceiro trimestre e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou em linha com a mediana das expectativas de mercado, a despeito da revisão altista nos resultados anteriores da série histórica, indicando maior robustez da economia brasileira em 2022. Parece-nos que a robustez está diretamente atrelada à manutenção dos estímulos fiscais e tributários aprovados anteriormente e que foram implementados ao longo do segundo semestre do ano. Os dados de atividade econômica divulgados ficaram aquém da nossa estimativa de crescimento do PIB no trimestre anterior - estimávamos alta de 4,2% - porém julgamos que a frustração esteve diretamente ligada à revisão mencionada na série histórica e não à alteração na dinâmica de crescimento recente. Juntamente com os estímulos mencionados anteriormente, este quadro nos levou a alterar nossa expectativa sobre qual será a expansão em 2022. Ao invés da estimativa de 2,6% anterior, projetamos atualmente crescimento de 3,0% em 2022.

No último trimestre de 2022, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA recuar para 5,8% frente ao patamar de 7,2% observado ao final do terceiro trimestre. Apesar do recuo, o patamar atingido ainda ficou acima da meta de 3,5% determinada para 2022. O Banco entende que este ambiente inflacionário e o balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha justificado a manutenção da taxa básica em 13,75% a.a. entre o final do terceiro trimestre de 2022 e o trimestre anterior. O Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária, principalmente após a sinalização do governo eleito de que ampliará o montante de gastos públicos a partir do próximo ano, o que poderá tornar o processo de desinflação mais lento. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 12,00% a.a. ao final de 2023 e 9,0% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuar entre R\$5,02/US\$ e R\$5,53/US\$ no quarto trimestre e encerrar o período cotada a R\$5,22/US\$. Ou seja, abaixo da cotação de R\$5,41/US\$ verificada no encerramento do terceiro trimestre. A volatilidade demonstrada pela trajetória do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio terá espaço limitado para registrar valorização significativa nos próximos anos. Na verdade, projetamos que a taxa de câmbio atingirá R\$5,40/US\$ ao final de 2023 e R\$5,50/US\$ ao final de 2025.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) manutenção de pressões inflacionárias ao redor do globo; 2) sinalização de ajuste mais extenso na política monetária dos EUA; 3) intensificação no ritmo de normalização da política monetária na Zona do Euro e; 4) novos surtos de contaminação de COVID-19 na China, elevando o receio de desaceleração intensa na economia daquele país que provocasse recessão global de grande magnitude. No ambiente doméstico, o Santander entende que os principais temas foram os seguintes: 1) encerramento da eleição presidencial sem danos ao arcabouço institucional brasileiro; 2) aprovação de emenda constitucional autorizando o governo eleito a ampliar o montante de despesas públicas não sujeitas à regra do teto de gastos públicos a partir de 2023 e; 3) deterioração nas expectativas dos agentes econômicos quanto ao início do processo de redução da taxa SELIC em 2023 (anteriormente, apontavam possibilidade de cortes no início do ano e, atualmente, indicam chance para o segundo semestre de 2023).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Desempenho

Em relação ao desempenho financeiro, o resultado gerencial alcançou R\$1.689 milhões no quarto trimestre de 2022, com variação -45,9% no trimestre. O lucro líquido gerencial foi de R\$12.900 milhões em 2022 com queda de 21,0% se comparado com o mesmo período do ano anterior. O retorno gerencial sobre o patrimônio líquido foi de 8,35% no 4T22 e 16,3% em 2022.

A carteira de crédito atingiu R\$489.687 milhões representando crescimento de 5,8% se comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o crescimento da carteira de pessoas físicas com de crescimento 8,0% (principalmente por Consignado, Imobiliário e Crédito Pessoal) e Pequenas e Médias Empresas com crescimento de 7,2%. No trimestre, a carteira cresceu 1,1% com destaque para Pessoas Físicas, influenciada principalmente por movimentos sazonais de final de ano – com destaque para as linhas de Cartão de Crédito e crédito consignado por efeito principalmente do aumento da margem de consignado.

A margem financeira bruta totalizou R\$51.756 milhões em 2022 com queda de 6,9% se comparado com o mesmo período do ano anterior. No 4T22, a margem alcançou R\$12.517 milhões com queda de -0,6% em relação ao 3T22 refletindo principalmente o menor resultado com clientes no período que apresentou queda de -2,6%. A margem de operações com o mercado totalizou (R\$ 1.265) milhões no 4T22, melhora de 18,1%.

O resultado de créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$23.875 milhões com crescimento de 72,0% em relação ao ano anterior, justificado pelo crescimento da inadimplência principalmente nas operações de crédito a pessoas físicas. No 4T22, o resultado atingiu (R\$7.309) milhões com crescimento de 17,7% sobre o 3T22.

As receitas totais de prestação de serviços tiveram queda de 0,2% em 2022, no entanto, apresenta crescimento de 2,2% se normalizarmos a saída da GetNet no ano passado. No quarto trimestre de 2022, a receita atingiu R\$5.075 milhões, representando aumento de 7,2%, influenciado por Seguros (efeitos sazonais de renovação apólice de seguro de vida e mudança de registro de competência de corretagem de Seguros), Cartões e Receita de Adm. de Fundos, Consórcios e Bens.

As despesas gerais atingiram R\$6.049 milhões no 4T22, alta de 6,3% no trimestre. Esta variação é justificada por maiores gastos com pessoal que cresceu 4,8% no trimestre impactadas pelo acordo coletivo aplicado sobre a base salarial da companhia a partir de setembro de 2022, maiores gastos administrativos com variação de +7,6%, principalmente pelo crescimento em linhas de Marketing, tecnologia pela transmissão de dados e licenças de uso de software e maior gasto de amortização e depreciação que atingiu 7,1% neste trimestre refletindo principalmente os maiores investimentos realizados em software e hardware. Em 2022 as despesas atingiram R\$22.706 milhões, crescimento de 5,7%. O índice de eficiência foi de 40,8% no 4T22 com aumento de 3,37 p.p. no trimestre e 1,6 p.p. no ano. Seguimos comprometidos na busca constante por eficiência, com uma abordagem omni-channel, por meio da integração da nossa plataforma e industrialização dos nossos processos.

2.1) Resultado Societário

Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)	12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	99.768,6	99.112,2	0,7	20.055,7	37.313,3	(46,3)
Despesas da Intermediação Financeira	(71.653,9)	(59.797,4)	19,8	(14.752,8)	(30.985,4)	(52,4)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	28.114,7	39.314,9	(28,5)	5.302,9	6.327,9	(16,2)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(11.360,0)	(15.652,3)	(27,4)	(3.284,5)	(2.524,3)	30,1
Resultado Operacional	16.754,7	23.662,6	(29,2)	2.018,4	3.803,6	(46,9)
Resultado não Operacional	543,1	9,0	5.934,6	93,5	33,4	180,0
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	17.297,8	23.671,6	(26,9)	2.111,9	3.837,0	(45,0)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.326,2)	(6.503,2)	(64,2)	189,0	(226,7)	(183,4)
Participações no Lucro	(2.222,0)	(2.059,7)	7,9	(616,7)	(566,2)	8,9
Participações dos Acionistas Minoritários	(179,4)	(120,9)	48,3	(75,4)	(5,3)	1.321,8
Lucro Líquido Societário	12.570,2	14.987,7	(16,1)	1.608,8	3.038,8	(47,1)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (R\$ Milhões)	12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	17.297,8	23.671,6	(26,9)	2.111,9	3.837,0	(45,0)
Hedge Cambial	-	2.236,9	(100,0)	-	-	-
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	17.297,8	25.908,5	(33,2)	2.111,9	3.837,0	(45,0)

IMPOSTO SOBRE A RENDA (R\$ Milhões)	12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.326,2)	(6.503,2)	(64,2)	189,0	(226,7)	(183,4)
Hedge Cambial	-	(2.236,9)	(100,0)	-	-	-
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social ajustado	(2.326,2)	(8.740,1)	(73,4)	189,0	(226,7)	(183,4)

O retorno do exercício tomando por base o resultado contábil sobre o patrimônio líquido médio atingiu 15,63%, redução de 3,09 p.p comparado ao mesmo período de 2021.

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição desses ativos às variações cambiais, o Banco utiliza captações externas e instrumentos derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, a partir de janeiro de 2021, 50% dos ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros passaram a ser computados na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no país, enquanto que os ganhos ou perdas das obrigações e dos instrumentos derivativos utilizados como cobertura são 100% tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses instrumentos derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. A partir de 2022, em atendimento a Lei nº 14.031, toda variação cambial passou a ser computada na base tributável do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/COFINS) e tributos sobre a renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo (R\$ Milhões)	12M22	12M21	variação anual %	4T22	3T22	variação trimestral %
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	(2.644,0)	3.862,1	(168,5)	(1.383,4)	1.239,7	(211,6)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	2.773,0	(6.374,1)	(143,5)	1.450,4	(1.300,2)	(211,6)
IR/CSLL	-	2.236,9	(100,0)	-	-	-
PIS/COFINS	(129,0)	275,1	(146,9)	(67,0)	60,5	(210,7)

2.2) Ativos e Passivos

Balanço Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)	Dez/22	Dez/21	variação anual %
Ativo Circulante e Não Circulante	1.034.164,2	950.440,4	8,8
Permanente	14.353,7	12.935,5	11,0
Total do Ativo	1.048.517,9	963.375,9	8,8
Passivo Circulante e Não Circulante	965.102,7	882.996,9	9,3
Resultados de Exercícios Futuros	-	382,2	(100,0)
Participação dos Acionistas Minoritários	1.353,3	1.257,2	7,6
Patrimônio Líquido	82.061,9	78.739,6	4,2
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.048.517,9	963.375,9	8,8

2.3) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 4,2 % em comparação a 31 de dezembro de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foi decorrente, principalmente, do lucro líquido do exercício no montante de R\$12.570 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial negativo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$835 milhões e do pagamento de dividendos no montante de R\$2.820 milhões e dos Juros Sobre Capital Próprio no montante de R\$5.280 milhões.

Para informações adicionais, vide nota explicativa nº 21.

2.4) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%.

Segundo as regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

Índice de Basileia %	Dez/22	Dez/21
Patrimônio de Referência Nível I	75.943,7	76.969,9
Capital Principal	69.229,0	69.919,9
Capital Complementar	6.714,7	7.050,1
Patrimônio de Referência Nível II	13.109,8	12.591,3
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	89.053,5	89.561,3
Risco de Crédito	559.230,6	527.119,3
Risco de Mercado	19.332,1	15.122,2
Risco Operacional	60.073,2	58.499,8
Total de RWA	638.635,9	600.741,3
Índice de Basileia Nível I	11,89	12,81
Índice de Basileia Capital Principal	10,84	11,64
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	13,94	14,91

2.5) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, das principais controladas do Banco Santander:

Controladas (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido	Carteira de Crédito	Particip. %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	60.654,0	41.886,9	1.761,0	54.804,7	100,0%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	15.523,0	11.096,3	568,0	2.863,1	100,0%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	12.974,1	4.586,7	1.413,0	-	100,0%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.497,5	800,6	124,9	-	100,0%

As demonstrações financeiras das Controladas acima foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3. Eventos Societários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander.

Para informações adicionais, vide nota explicativa às demonstrações financeiras nº 31.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

6. Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Appetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações.

O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 30 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção análise independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2022.

7. Pessoas

No Banco seguimos cuidando de nossas pessoas. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 52.603 funcionários aqui no Brasil.

No tema Saúde, temos implementado uma série de ações para promover o Bem Estar e a Saúde Física e Emocional de nossas pessoas, principalmente neste momento de retomada pós COVID-19, sempre seguindo as orientações dos órgãos sanitários e de saúde.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Universidade Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma on-line e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Banco apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQIA+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. Nele, o Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

Na esfera de Clientes, continuamos focados em oferecer os melhores produtos e serviços, de forma Simples, Pessoal e Justa.

Neste contexto, tivemos em outubro e novembro o Todos na Mesma Página, que é uma iniciativa criada em 2021 e que ocorre de 3 a 4 vezes ao ano. Para esses encontros, incentivamos a leitura de um livro e proporcionamos um debate entre nosso CEO e toda a organização. Nas últimas apresentações, debatemos os livros "As Cartas de Bezos" e "Pequeno Manual Antirracista", com participação de 57 mil espectadores (total).

No início de outubro, tivemos a Semana Santander, que aconteceu em todas as unidades do Santander no mundo. Neste ano, nossas atividades foram pensadas com foco em um dos nossos Comportamentos Corporativos, o Think Customer (Penso no Cliente). Foram diversas atividades pensadas para melhorar a experiência dos nossos clientes. Além disso, tivemos novamente o Amigo de Valor, que apoia políticas públicas voltadas para a garantia de direitos de crianças e adolescentes e permite a destinação de parte do imposto de renda devido diretamente aos Fundos de Direto da Criança e do Adolescente.

Também em outubro tivemos nossa segunda Campanha de Doação de Sangue do ano, com excelente adesão dos nossos funcionários.

8. Desenvolvimento Sustentável

Nosso propósito é contribuir para o progresso das pessoas e dos negócios. Ao mesmo tempo, queremos apoiar a construção de um Brasil mais justo e sustentável. Temos uma estratégia clara para as nossas aspirações ambientais (ser referência em negócios sustentáveis), sociais (trabalhar para que todos tenham oportunidades) e de governança (ter as melhores práticas de gestão ESG).

AMBIENTAL

- Em 2022, viabilizamos R\$ 32,2 bilhões em negócios sustentáveis, apoiando a transição para uma economia de baixo carbono, resiliente e inclusiva. Entre os destaques, estão:
 - Mantivemos a liderança no mercado de CBIOS, que ajudamos a criar em 2020, com 54,4% de market share.
 - Em Agro sustentável, que considera linhas que fomentam agricultura de baixo carbono e energia solar, desembolsamos R\$ 394 milhões.
- Em novembro, durante a COP27, Itaú, Marfrig, Santander, Suzano, Rabobank e Vale lançaram a empresa Biomas, cujo objetivo é restaurar, conservar e preservar 4 milhões de hectares de florestas nos biomas da Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado. A aliança prevê reduzir da atmosfera aproximadamente 900 milhões de toneladas de carbono equivalente durante o período de duas décadas.
- Participamos do lançamento da Plataforma de Inovação em Negócios da Bioeconomia na Amazônia, com o objetivo de capacitar 3 mil talentos e criar 200 startups em três anos. A iniciativa é liderada pela Fundação CERTI e conta com a coparticipação e investimentos dos bancos do Plano Amazônia (Bradesco, Itaú Unibanco e Santander) e Fundo Vale.
- Em relação a gestão ambiental das nossas atividades, atingimos nosso compromisso de termos 100% do nosso consumo interno proveniente de energias renováveis.

SOCIAL

- Realizamos a 20ª edição do programa Amigo de Valor. Desde 2002, o programa já beneficiou mais de 1,6 milhão de crianças e adolescentes em 293 municípios do Brasil, mobilizando mais de R\$ 180 milhões realizados por clientes e funcionários.
- Desde 2002, por meio do Próspera Microfinanças, também apoiamos os microempreendedores em seus negócios, e temos uma carteira de R\$ 2,7 bilhões, 1388 agentes e 885 mil clientes ativos.
- Destacamos ainda nossa atuação social, na qual já ajudamos 190 mil pessoas neste ano, por meio de nossos programas de doação de sangue e voluntariado.
- Além disso, há 25 anos, também investimos na educação, por meio do Santander Universidades, com 103 mil bolsas de estudo concedidas em 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Continuamos trabalhando para que todos tenham oportunidades, com foco em inclusão produtiva e reforçando nossa contribuição para o desenvolvimento da sociedade. Reiteramos a importância do tema em eventos filantrópicos e nos tornamos membros fundadores da Aliança pela Inclusão Produtiva, cujo objetivo é promover, por meio da capacitação, a inclusão da população de menor renda no mercado de trabalho.
- Investimos ainda de forma crescente na estruturação de endowments – fundos patrimoniais ou filantrópicos – em que é possível garantir uma estrutura de sustentabilidade financeira de longo prazo para instituições e organizações sem fins lucrativos, como universidades e hospitais. Em 2022 alcançamos R\$51 milhões de ativos sob gestão nessa linha.
- Seguimos com o objetivo de aumentar a representatividade feminina nos cargos de liderança. Em 2022, o número de mulheres em cargos de liderança atingiu 33,3%, aumento de 1,9 p.p em comparação com o ano anterior.
- Desenvolvemos ainda ações para ampliar a representatividade de pessoas negras na organização e encerramos o ano com 30% de colaboradores negros na organização, o que representa um crescimento de 2,7 p.p comparado ao ano anterior.

GOVERNANÇA

- Nossa governança inclui o ESG em nossa cultura, presente em nosso dia-a-dia, em que desenvolvemos capacitação interna e inclusão de critérios ESG na remuneração de executivos, que abordam os temas de diversidade, empoderamento financeiro e financiamentos verdes.
- Nosso Conselho de Administração possui 36% de membros independentes e 27% de mulheres. Já o Comitê Executivo conta com 33% de mulheres.
- Em dezembro/22 patrocinamos a 5ª edição do Fórum Cidadão Global para debater a agenda ESG, que recebeu a CEO e secretária geral do Pacto Global das Nações Unidas, Sanda Ojiambo, o economista e cofundador da SYSTEMIQ, Jeremy Oppenheim e Paul Polman, ativista pelo clima e pelo igualitarismo.
- Como resultado de nossa atuação, fomos reconhecidos pelas seguintes organizações:
 - Prêmio Euromoney Awards, na categoria ESG;
 - ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, da B3;
 - ICO2 – Índice Carbono Eficiente, da B3.

9. Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e suas consequências, com ações para mitigar os impactos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas em 2022, destacam-se: (a) incentivo e monitoramento do índice de vacinação dos colaboradores; (b) protocolo de testagem de contactantes, independente da presença de sintomas, e de casos suspeitos; (c) retorno seguro do grupo de maior risco ao trabalho presencial e manutenção em ambiente remoto àqueles com condições médicas especiais.

Mesmo com a queda do estado de emergência pública e flexibilização das medidas de distanciamento, os índices de contaminação e a gravidade dos casos continuam em acompanhamento pela Administração até que haja maior segurança técnica quanto ao impacto da doença em nível global.

10. Conflitos Rússia x Ucrânia

O recente conflito entre a Rússia e Ucrânia fizeram que o governo dos Estados Unidos, a União Europeia, o Reino Unido e outros governos impusessem sanções econômicas e controles de exportação contra a Rússia além de ameaças com sanções e controles adicionais. Essas medidas têm impactado os preços de energia, petróleo e outras commodities e, consequentemente, causado instabilidade e volatilidade nas economias e nos mercados em geral. Essas condições podem afetar o crédito global e os mercados de capitais.

A Administração do Banco Santander Brasil, tem acompanhado e monitorado a situação e até o presente momento não foram identificados impactos diretos ou indiretos relevantes, para o cenário atual.

11. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração

A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 01/02/2023).

Banco Santander (Brasil) S.A.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Preparadas de Acordo com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil Banco Central do Brasil 31 de dezembro de 2022

Simplex | Pessoal | Justo



Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj. 281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos e compartilhados entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os seguintes normativos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022:

- Resolução CMN nº 4.817/2020, que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. O Banco Santander já adota o procedimento estabelecido.
- Resolução CMN nº 4.924/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis. Dentre as principais alterações está a adoção de pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): (i) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; (iv) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e (v) CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O Banco Santander já adota estes pronunciamentos técnicos.
- Resolução CMN nº 4.967/2021, que determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. O Banco Santander já adota os procedimentos estabelecidos.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Santander.

O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Santander está segregado em três pilares:

- Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
- Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
- Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

Notas Explicativas

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Santander está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 revoga a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelecia regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O Banco Santander está avaliando impactos desta normativa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 14, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 01 de fevereiro de 2023.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Conforme Resolução CMN nº 4524/2016, as demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agências no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

Notas Explicativas

d.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular n° 3.068/2001 do Banco Central, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular n° 3.082/2002 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

Notas Explicativas

I - hedge de risco de mercado; e

II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Uma vez que o Banco não detém investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real, não há operações de hedge de investimento.

g) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855/2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

g.1) Reestruturação de Operação de Crédito

A Resolução CMN nº 4.803/2020, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855/2020 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020, não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

h) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Notas Explicativas

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre; o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

i.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da origem de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

j) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

k) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Notas Explicativas

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 29. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Notas Explicativas

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 27) e despesas de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

o) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais

Notas Explicativas

como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

q) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos onde o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20.e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Nas ocorrências de decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando há garantias reais, caracterizando o ganho como praticamente certo, o ativo contingente é reconhecido, e, diante de êxito provável, estes são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

s) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

t) Juros sobre Capital Próprio

Notas Explicativas

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

u) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

v) Participação dos Acionistas Minoritários

A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora nas demonstrações financeiras consolidadas.

w) Garantias Financeiras Prestadas

Conforme Resolução CMN nº 4.512/2016 as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

x) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 32.h

y) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021	Banco 31/12/2020
Disponibilidades	14.352.187	16.361.758	19.522.250
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	36.415.222	17.935.878	9.668.922
Aplicações no Mercado Aberto	27.344.519	15.055.356	7.348.568
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.241.815	1.655.705	1.131.436
Aplicações em Moedas Estrangeiras	7.828.888	1.224.817	1.188.917
Total	50.767.409	34.297.636	29.191.171
			Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	14.420.204	16.386.974	19.512.315
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	35.517.867	17.263.365	9.487.000
Aplicações no Mercado Aberto	27.344.519	15.055.356	7.306.408
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	344.460	983.192	991.675
Aplicações em Moedas Estrangeiras	7.828.888	1.224.817	1.188.917
Total	49.938.071	33.650.339	28.999.315

As informações relativas a 31 de dezembro de 2020 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

					Banco
					31/12/2022 31/12/2021
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	57.000.534	-	-	57.000.534	25.883.579
Posição Bancada	2.758.972	-	-	2.758.972	7.066.196
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.889.322	-	-	1.889.322	706.245
Letras do Tesouro Nacional - LTN	149.081	-	-	149.081	1.556.526
Notas do Tesouro Nacional - NTN	720.569	-	-	720.569	4.803.425
Posição Financiada	32.092.796	-	-	32.092.796	6.638.709
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.372.461	-	-	2.372.461	500.173
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.796.629	-	-	7.796.629	4.644.361
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.923.706	-	-	21.923.706	1.494.175
Posição Vendida	22.148.766	-	-	22.148.766	12.178.674
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.646.253	-	-	9.646.253	2.772.317
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.502.513	-	-	12.502.513	8.792.071
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	614.286
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.645.467	31.339.759	13.847.137	47.832.363	91.952.361
Aplicações em Moeda Estrangeira	7.828.888	-	-	7.828.888	1.224.817
Total	67.474.889	31.339.759	13.847.137	112.661.785	119.060.757

					Consolidado
					31/12/2022 31/12/2021
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	56.983.136	60.596	-	57.043.732	25.912.368
Posição Bancada	2.741.574	60.596	-	2.802.170	7.094.986
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.889.322	-	-	1.889.322	706.245
Letras do Tesouro Nacional - LTN	161.981	-	-	161.981	1.585.316
Notas do Tesouro Nacional - NTN	690.271	60.596	-	750.867	4.803.425
Posição Financiada	32.092.796	-	-	32.092.796	6.638.709
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.372.461	-	-	2.372.461	500.173
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.796.629	-	-	7.796.629	4.644.361
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.923.706	-	-	21.923.706	1.494.175
Posição Vendida	22.148.766	-	-	22.148.766	12.178.673
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.646.253	-	-	9.646.253	2.772.317
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.502.513	-	-	12.502.513	8.792.071
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	614.285
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	749.444	2.323.976	1.731.211	4.804.631	6.492.133
Aplicações em Moeda Estrangeira	7.828.888	-	-	7.828.888	1.224.817
Total	65.561.468	2.384.572	1.731.211	69.677.251	33.629.318

Notas Explicativas

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco					Consolidado				
	31/12/2022					31/12/2022				
	Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado				
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	56.613.580	(349.161)	-	56.264.419	43.030.702	66.076.432	310.913	-	66.387.345	54.550.213
Títulos Públicos	52.316.756	(242.010)	-	52.074.746	41.914.956	60.187.489	418.064	-	60.605.553	51.360.528
Títulos Privados	4.296.824	(107.151)	-	4.189.673	1.115.746	5.888.943	(107.151)	-	5.781.792	3.189.685
Títulos Disponíveis para Venda	103.680.860	-	206.961	103.887.821	149.877.343	114.725.927	-	(624.387)	114.101.540	157.876.639
Títulos Públicos	53.074.118	-	(923.044)	52.151.074	113.510.140	62.958.764	-	(1.705.960)	61.252.804	122.306.684
Títulos Privados	50.606.742	-	1.130.005	51.736.747	36.367.203	51.767.163	-	1.081.573	52.848.736	35.569.955
Títulos Mantidos até o Vencimento	25.754.717	-	-	25.754.717	15.279.130	25.754.717	-	-	25.754.717	15.279.130
Títulos Públicos	25.613.581	-	-	25.613.581	13.871.974	25.613.581	-	-	25.613.581	13.871.974
Títulos Privados	141.136	-	-	141.136	1.407.156	141.136	-	-	141.136	1.407.156
Total de Títulos e Valores Mobiliários	186.049.157	(349.161)	206.961	185.906.957	208.187.175	206.557.076	310.913	(624.387)	206.243.602	227.705.982

II) Títulos para Negociação

	Banco					Abertura por Vencimento				
	31/12/2022					31/12/2022				
	Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado				
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos
Títulos Públicos	52.316.756	(242.010)	-	52.074.746	41.914.956	-	9.655.677	5.620.745	8.096.283	28.702.041
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.950.887	804	-	1.951.691	3.341.790	-	293.967	345.464	223.541	1.088.719
Notas do Tesouro Nacional - NTN	38.460.510	(306.329)	-	38.154.181	12.531.398	-	4.947.948	5.039.651	4.498.513	23.668.069
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.844.602	64.753	-	11.909.355	24.340.120	-	4.370.432	229.930	3.365.983	3.943.010
Títulos da Dívida Agrária - TDA	19.555	(251)	-	19.304	23.972	-	3.525	5.700	8.243	1.836
Títulos da Dívida Externa Brasileira	392	18	-	410	1.673.785	-	-	-	3	407
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	40.810	(1.005)	-	39.805	-	-	39.805	-	-	-
Debentures	-	-	-	-	3.891	-	-	-	-	-
Títulos Privados	4.296.824	(107.151)	-	4.189.673	1.115.746	705.541	202.289	7.492	45.407	3.228.944
Ações	33.276	(7.694)	-	25.582	13.692	25.582	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	931.393	(20.982)	-	910.411	11.502	-	-	2.800	15.750	891.861
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	906.696	(15.381)	-	891.315	57.603	-	-	3.437	1.442	886.436
Cotas de Fundos de Investimento	664.949	15.010	-	679.959	400.331	679.959	-	-	-	-
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	197.030	5.259	-	202.289	-	-	202.289	-	-	-
Debêntures	1.563.480	(83.363)	-	1.480.117	632.618	-	-	1.255	28.215	1.450.647
Total	56.613.580	(349.161)	-	56.264.419	43.030.702	705.541	9.857.966	5.628.237	8.141.690	31.930.985

Notas Explicativas

					Consolidado					
					Abertura por					
					Vencimento		31/12/2022			
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	60.187.489	418.064	60.605.553	51.360.528	-	10.783.054	7.382.622	9.447.136	32.992.741	60.605.553
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.994.773	81.495	12.076.268	12.531.398	-	4.537.344	229.930	3.365.983	3.943.011	12.076.268
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.492.878	761.195	8.254.073	10.566.700	-	1.254.432	2.107.341	1.574.394	3.317.906	8.254.073
Notas do Tesouro Nacional - NTN	40.639.081	(423.388)	40.215.693	26.560.782	-	4.947.948	5.039.651	4.498.513	25.729.581	40.215.693
Títulos da Dívida Agrária - TDA	19.555	(251)	19.304	23.972	-	3.525	5.700	8.243	1.836	19.304
Títulos da Dívida Externa Brasileira	392	18	410	1.673.785	-	-	-	3	407	410
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	40.810	(1.005)	39.805	-	-	39.805	-	-	-	39.805
Debêntures	-	-	-	3.891	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados	5.888.943	(107.151)	5.781.792	3.189.685	2.248.649	202.289	7.492	45.407	3.277.955	5.781.792
Ações	1.444.942	(7.694)	1.437.248	1.502.576	1.437.248	-	-	-	-	1.437.248
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4	-	4	-	4	-	-	-	-	4
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	931.393	(20.982)	910.411	11.502	-	-	2.800	15.750	891.861	910.411
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	906.696	(15.381)	891.315	57.603	-	-	3.437	1.442	886.436	891.315
Cotas de Fundos de Investimento	845.398	15.010	860.408	438.074	811.397	-	-	-	49.011	860.408
Debentures	1.563.480	(83.363)	1.480.117	1.076.252	-	-	1.255	28.215	1.450.647	1.480.117
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	197.030	5.259	202.289	-	-	202.289	-	-	-	202.289
Letras de Câmbio	-	-	-	103.678	-	-	-	-	-	-
Total	66.076.432	310.913	66.387.345	54.550.213	2.248.649	10.985.343	7.390.114	9.492.543	36.270.696	66.387.345

Notas Explicativas**III) Títulos Disponíveis para Venda**

						Abertura por						Banco	
31/12/2022						31/12/2021	Vencimento						31/12/2022
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total		
		Patrimônio Líquido	Resultado										
Títulos Públicos	53.074.118	-	(923.044)	52.151.074	113.510.140	-	10.592.306	1.097.625	9.446.704	31.014.439	52.151.074		
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	742	-	-	-	-	-	-		
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.438.619	-	37.645	29.476.264	38.317.693	-	8.230.304	4.569	5.995.726	15.245.665	29.476.264		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.906.987	-	144.363	7.051.350	16.532.828	-	-	-	-	7.051.350	7.051.350		
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.238.513	-	(1.103.162)	11.135.351	38.448.233	-	-	-	3.164.327	7.971.024	11.135.351		
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.033.051	-	-	1.033.051	2.274.913	-	-	-	286.651	746.400	1.033.051		
Títulos da Dívida Externa Espanhola	1.055.489	-	37.567	1.093.056	15.606.719	-	-	1.093.056	-	-	1.093.056		
Títulos da Dívida Externa Mexicana	-	-	-	-	2.329.011	-	-	-	-	-	-		
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	2.401.448	-	(39.446)	2.362.002	-	-	2.362.002	-	-	-	2.362.002		
Títulos Privados	50.606.742	-	1.130.005	51.736.747	36.367.203	1.625.898	3.237.645	10.346.648	18.805.106	17.721.450	51.736.747		
Ações	320	-	(273)	47	49	47	-	-	-	-	47		
Cédula de Produto Rural - CPR	17.236.883	-	(249.086)	16.987.797	9.597.656	-	2.171.387	7.092.897	4.970.379	2.753.134	16.987.797		
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	187.289	-	19.306	206.595	151.514	-	-	-	134.400	72.195	206.595		
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.506	-	(828)	1.678	2.784	-	-	-	-	1.678	1.678		
Cotas de Fundos de Investimento	1.625.851	-	-	1.625.851	1.637.742	1.625.851	-	-	-	-	1.625.851		
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	169.064	-	-	-	-	-	-		
Debêntures	25.838.772	-	1.243.889	27.082.661	19.306.649	-	986.263	2.052.200	9.542.410	14.501.788	27.082.661		
Eurobonds	3.189.107	-	135.930	3.325.037	3.553.157	-	-	-	3.325.037	-	3.325.037		
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	273.905	-	-	-	-	-	-		
Nota Comercial	299.940	-	(161)	299.779	-	-	-	-	61.405	238.374	299.779		
Notas Promissórias - NP	2.226.074	-	(18.772)	2.207.302	1.674.683	-	79.995	1.201.551	771.475	154.281	2.207.302		
Total	103.680.860	-	206.961	103.887.821	149.877.343	1.625.898	13.829.951	11.444.273	28.251.810	48.735.889	103.887.821		

Banco

31/12/2022

Notas Explicativas

						Consolidado					
						31/12/2022					
						31/12/2021					
						Abertura por Vencimento					
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
		Resultado	Patrimônio Líquido								
Títulos Públicos	62.958.764	-	(1.705.960)	61.252.804	122.306.684	-	11.252.697	4.911.455	11.580.198	33.508.454	61.252.804
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	742	-	-	-	-	-	-
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	34.333.271	-	37.771	34.371.042	41.036.255	-	8.529.762	3.021.669	7.107.697	15.711.914	34.371.042
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.553.868	-	94.052	8.647.920	19.384.448	-	99.948	796.730	699.892	7.051.350	8.647.920
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.581.626	-	(1.835.893)	13.745.733	41.674.596	-	260.985	-	3.485.958	9.998.790	13.745.733
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.033.051	-	-	1.033.051	2.274.913	-	-	-	286.651	746.400	1.033.051
Títulos da Dívida Externa Espanhola	1.055.489	-	37.567	1.093.056	15.606.719	-	-	1.093.056	-	-	1.093.056
Títulos da Dívida Externa Mexicana	-	-	-	-	2.329.011	-	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	2.401.448	-	(39.446)	2.362.002	-	-	2.362.002	-	-	-	2.362.002
Títulos Privados	51.767.163	-	1.081.573	52.848.736	35.569.955	1.223.546	3.240.307	10.965.272	18.805.830	18.613.781	52.848.736
Ações	320	-	(273)	47	51	47	-	-	-	-	47
Cédula de Produto Rural - CPR	17.236.883	-	(249.086)	16.987.797	9.597.655	-	2.171.387	7.092.897	4.970.379	2.753.134	16.987.797
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	187.289	-	19.306	206.595	151.514	-	-	-	134.400	72.195	206.595
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.506	-	(828)	1.678	2.784	-	-	-	-	1.678	1.678
Cotas de Fundos de Investimento	1.226.580	-	(3.081)	1.223.499	1.306.605	1.223.499	-	-	-	-	1.223.499
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	31.384	-	-	-	-	-	-
Debêntures	27.394.728	-	1.198.538	28.593.266	18.976.693	-	986.263	2.670.527	9.542.410	15.394.066	28.593.266
Eurobonds	3.189.107	-	135.930	3.325.037	3.553.157	-	-	-	3.325.037	-	3.325.037
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	273.905	-	-	-	-	-	-
Nota Comercial	299.940	-	(161)	299.779	-	-	-	-	61.405	238.374	299.779
Notas Promissórias - NP	2.226.074	-	(18.772)	2.207.302	1.674.683	-	79.995	1.201.551	771.475	154.281	2.207.302
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.736	-	-	3.736	1.524	-	2.662	297	724	53	3.736
Letras de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	114.725.927	-	(624.387)	114.101.540	157.876.639	1.223.546	14.493.004	15.876.727	30.386.028	52.122.235	114.101.540

Notas Explicativas

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Abertura por Vencimento						Banco
	Valor do Custo		Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	31/12/2022
	Amortizado/Contábil						
	31/12/2022	31/12/2021	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	25.613.581	13.871.974	654.998	4.041.146	18.761.265	2.156.172	25.613.581
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.834.070	-	-	-	9.834.070	-	9.834.070
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.641.025	4.822.599	-	-	4.456.638	184.387	4.641.025
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	7.016	-	-	-	-	7.016	7.016
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.597.257	-	-	2.597.257	-	-	2.597.257
Títulos da Dívida Externa Brasileira	8.534.213	9.049.375	654.998	1.443.889	4.470.557	1.964.769	8.534.213
Títulos Privados	141.136	1.407.156	141.136	-	-	-	141.136
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	141.136	1.407.156	141.136	-	-	-	141.136
Total	25.754.717	15.279.130	796.134	4.041.146	18.761.265	2.156.172	25.754.717

Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Abertura por Vencimento						Consolidado
	Valor do Custo		Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	31/12/2022
	Amortizado/Contábil						
	31/12/2022	31/12/2021	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	25.613.581	13.871.974	654.998	4.041.146	18.761.265	2.156.172	25.613.581
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.834.070	-	-	-	9.834.070	-	9.834.070
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.641.025	4.822.599	-	-	4.456.638	184.387	4.641.025
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	7.016	-	-	-	-	7.016	7.016
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.597.257	-	-	2.597.257	-	-	2.597.257
Títulos da Dívida Externa Brasileira	8.534.213	9.049.375	654.998	1.443.889	4.470.557	1.964.769	8.534.213
Títulos Privados	141.136	1.407.156	141.136	-	-	-	141.136
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	141.136	1.407.156	141.136	-	-	-	141.136
Total	25.754.717	15.279.130	796.134	4.041.146	18.761.265	2.156.172	25.754.717

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 25.555.686 - (31/12/2021 - R\$ 14.993.443).

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

No segundo trimestre de 2022, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a Administração aprovou a mudança de classificação de títulos e valores mobiliários, de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento. Essa decisão está fundamentada em resposta a mudanças externas ocasionadas pela aprovação da Lei 14.031/22 e com objetivo de adequar as novas condições de melhor gestão de risco de juros uma vez que se avalia que o Banco possui a capacidade econômica financeira para manter em balanço os títulos públicos pré-fixados LTNs, que até então eram utilizados para a proteção do risco de juros dos instrumentos financeiros relativos a cobertura da variação cambial do investimento no exterior.

Notas Explicativas

Dessa forma, foram reclassificados, em 30 de junho de 2022, de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento os Títulos Públicos Federais - LTNs com vencimento em 2024, no montante de R\$ 11 bilhões sem impacto em resultado. O montante bruto da marcação à mercado registrado em contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial, dentro do Patrimônio Líquido, na data da reclassificação foi de R\$ 1.057 milhões e será amortizada contra as contas de resultado de intermediação financeira pelo prazo remanescente dos títulos.

No quarto trimestre de 2022, o montante total dos Títulos Públicos Federais – LTNs reclassificados de disponíveis para venda para mantidos até o vencimento é de R\$ 9,7 bilhões. O montante bruto da marcação à mercado registrado em contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial, dentro do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 704 milhões e será amortizada contra as contas de resultado de intermediação financeira pelo prazo remanescente dos títulos.

Atendendo ao disposto Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	14.465.969	20.286.715	12.936.884	21.223.970
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.284.090	8.524.332	7.045.307	4.135.608
Resultado de Títulos de Renda Variável	24.051	(32.324)	(115.471)	249.211
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	195.393	235.376
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(286.866)	(163.842)	(282.299)	(159.275)
Outras (3)	548.812	(242.308)	3.016.316	(264.896)
Total	27.036.056	28.372.573	22.796.130	25.419.994

(1) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 4.483.793 - no Banco e no Consolidado (2021 - receita de R\$ 12.801.341 no Banco e no Consolidado).

(2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

(3) Inclui receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 174.661 - no Banco e no Consolidado (2021 - despesa de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 264.895 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos

Notas Explicativas

negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/12/2022		Banco 31/12/2021		31/12/2022		Consolidado 31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	17.768.111	17.578.445	14.499.987	16.194.023	12.675.000	11.869.067	7.641.355	8.538.705
Opções	1.509.352	1.913.527	1.548.530	2.202.234	1.419.279	1.900.543	1.370.541	2.256.244
Contratos a Termo e Outros	7.339.187	6.405.798	12.892.381	13.759.082	7.021.301	6.088.810	12.077.828	13.852.282
Total	26.616.650	25.897.770	28.940.898	32.155.339	21.115.580	19.858.420	21.089.724	24.647.231
Circulante	8.945.613	9.962.502	15.273.412	14.479.201	7.578.711	8.789.451	7.279.673	6.956.577
Não Circulante	17.671.037	15.935.268	13.667.486	17.676.138	13.536.869	11.068.969	13.810.051	17.690.654

Notas Explicativas**II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais**

	31/12/2022			Banco 31/12/2021		
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	790.052.522	(3.785.377)	189.666	837.762.019	(1.804.602)	(1.694.036)
Ativo	403.668.537	11.858.268	17.768.111	418.137.448	13.189.437	14.499.987
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	85.500.232	3.624.970	5.069.441	66.837.268	318.541	1.826.150
Taxa de Juros Pré - Reais	196.812.785	6.773.307	4.514.583	231.741.021	9.269.271	8.932.246
Indexados em Índices de Preços e Juros	182.645	22.536	14.225	2.089.110	799.550	298.439
Moeda Estrangeira	117.040.455	1.292.203	4.764.609	91.837.446	2.775.313	3.205.330
Outros	4.132.420	145.252	3.405.253	25.632.603	26.763	237.822
Passivo	386.383.985	(15.643.645)	(17.578.445)	419.624.570	(14.994.039)	(16.194.023)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	79.780.798	(4.157.113)	(4.422.601)	321.402.883	(4.171.481)	(12.350.345)
Taxa de Juros Pré - Reais	210.607.382	(8.512.624)	(5.642.885)	48.874.762	(6.760.576)	(2.408.062)
Indexados em Índices de Preços e Juros	626.129	(166.138)	(87.692)	22.827.336	(28.407)	(1.142.945)
Moeda Estrangeira	91.303.383	(2.804.302)	(7.417.302)	887.129	(4.006.955)	(54.849)
Outros	4.066.293	(3.468)	(7.965)	25.632.461	(26.621)	(237.822)
Opções	1.076.620.925	(877.100)	(404.175)	1.130.172.099	(610.691)	(653.704)
Compromissos de Compra	531.340.968	2.243.354	1.509.352	564.829.758	1.225.532	1.548.530
Opções de Compra Moeda Estrangeira	10.629.479	440.097	214.722	9.898.179	271.464	382.237
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.474.015	122.896	124.163	4.094.316	140.280	187.123
Opções de Compra Outras	23.359.128	674.574	666.283	31.248.540	444.648	673.616
Mercado Interfinanceiro	21.269.115	608.913	644.503	28.499.055	444.446	673.202
Outras (2)	2.090.013	65.661	21.780	2.749.485	203	414
Opções de Venda Outras	492.878.346	1.005.787	504.184	519.588.723	369.140	305.553
Mercado Interfinanceiro	492.656.916	980.433	481.959	519.588.723	369.140	305.553
Outras (2)	221.430	25.354	22.225	-	-	-
Compromissos de Venda	545.279.957	(3.120.454)	(1.913.527)	565.342.341	(1.836.224)	(2.202.234)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	6.763.742	(292.212)	(163.446)	4.111.016	(170.553)	(152.348)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.885.700	(409.758)	(508.505)	4.017.161	(348.715)	(287.825)
Opções de Compra Outras	33.887.081	(1.590.130)	(829.386)	33.383.234	(719.460)	(872.335)
Mercado Interfinanceiro	24.424.072	(575.451)	(357.588)	31.730.928	(713.773)	(858.586)
Outras (2)	9.463.009	(1.014.679)	(471.798)	1.652.305	(5.687)	(13.749)
Opções de Venda Outras	495.743.434	(828.354)	(412.190)	523.830.930	(597.497)	(889.726)
Mercado Interfinanceiro	495.564.542	(804.467)	(392.287)	523.830.930	(597.497)	(889.726)
Outras (2)	178.892	(23.887)	(19.903)	-	-	-
Contratos de Futuros	224.273.874	-	-	287.984.278	-	-
Posição Comprada	200.395.819	-	-	148.237.279	-	-
Cupom Cambial (DDI)	77.727.137	-	-	85.931.389	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	94.674.369	-	-	28.491.764	-	-
Moeda Estrangeira	27.444.003	-	-	33.797.350	-	-
Índice (3)	412.275	-	-	16.776	-	-
Treasury Bonds/Notes	138.035	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

Posição Vendida	23.878.055	-	-	139.746.999	-	-
Cupom Cambial (DDI)	17.259.936	-	-	60.606.204	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	3.396.252	-	-	53.267.620	-	-
Moeda Estrangeira	1.327.928	-	-	25.678.296	-	-
Índice (3)	1.764.015	-	-	194.879	-	-
Treasury Bonds/Notes	129.924	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	142.207.037	1.394.796	933.389	174.435.332	2.836.843	(866.701)
Compromissos de Compra	88.742.561	2.292.188	7.339.187	96.509.221	5.345.415	12.892.381
Moedas	72.789.786	1.938.956	7.058.547	83.752.185	2.738.485	10.306.159
Outros	15.952.775	353.232	280.640	12.757.036	2.606.930	2.586.222
Compromissos de Venda	53.464.476	(897.392)	(6.405.798)	77.926.111	(2.508.572)	(13.759.082)
Moedas	52.121.080	(847.425)	(6.347.639)	71.611.500	(1.141.826)	(12.586.625)
Outros	1.343.396	(49.967)	(58.159)	6.314.611	(1.366.746)	(1.172.457)

	31/12/2022			Consolidado 31/12/2021		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Swap	799.572.132	(3.785.377)	805.933	841.676.369	(1.804.602)	(897.350)
Ativo	408.428.342	11.858.268	12.675.000	422.001.798	13.189.437	7.641.355
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	85.500.232	3.624.970	5.069.441	66.837.268	318.541	(778.177)
Taxa de Juros Pré - Reais	196.812.785	6.773.307	3.962.714	235.605.371	9.269.271	6.412.471
Indexados em Índices de Preços e Juros	182.645	22.536	14.225	2.089.110	799.550	(234.488)
Moeda Estrangeira	117.040.455	1.292.203	4.764.609	91.837.446	2.775.313	2.003.728
Outros	8.892.225	145.252	(1.135.989)	25.632.603	26.763	237.822
Passivo	391.143.790	(15.643.645)	(11.869.067)	419.674.570	(14.994.039)	(8.538.705)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	79.780.798	(4.157.113)	(4.422.600)	321.402.883	(4.171.481)	(12.327.484)
Taxa de Juros Pré - Reais	210.607.382	(8.512.624)	(4.457.596)	48.874.762	(6.760.576)	2.467.425
Indexados em Índices de Preços e Juros	626.129	(166.138)	(87.692)	22.827.336	(28.407)	(728.677)
Moeda Estrangeira	91.303.383	(2.804.302)	(3.998.998)	937.129	(4.006.955)	2.287.852
Outros	8.826.098	(3.468)	1.097.819	25.632.461	(26.621)	(237.822)
Opções	1.114.888.547	(877.100)	(481.264)	1.130.172.099	(610.691)	(885.703)
Compromissos de Compra	564.623.093	2.243.354	1.419.279	564.829.758	1.225.532	1.370.541
Opções de Compra Moeda Estrangeira	10.629.479	440.097	214.722	9.898.179	271.464	382.237
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.474.015	122.896	124.163	4.094.316	140.280	187.123
Opções de Compra Outras	58.762.219	674.574	577.487	31.248.540	444.648	495.628
Mercado Interfinanceiro	56.672.206	608.913	555.707	28.499.055	444.446	495.214
Outras (2)	2.090.013	65.661	21.780	2.749.485	203	414
Opções de Venda Outras	490.757.380	1.005.787	502.907	519.588.723	369.140	305.553
Mercado Interfinanceiro	490.535.950	980.433	480.682	519.588.723	369.140	305.553
Outras (2)	221.430	25.354	22.225	-	-	-
Compromissos de Venda	550.265.454	(3.120.454)	(1.900.543)	565.342.341	(1.836.224)	(2.256.244)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	6.763.742	(292.212)	(165.919)	4.111.016	(170.553)	(152.348)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.885.700	(409.758)	(508.584)	4.017.161	(348.715)	(287.825)
Opções de Compra Outras	42.840.737	(1.590.130)	(821.508)	33.383.234	(719.460)	(872.335)

Notas Explicativas

Mercado Interfinanceiro	33.377.728	(575.451)	(349.710)	31.730.928	(713.773)	(858.586)
Outras (2)	9.463.009	(1.014.679)	(471.798)	1.652.305	(5.687)	(13.749)
Opções de Venda Outras	491.775.275	(828.354)	(404.532)	523.830.930	(597.497)	(943.736)
Mercado Interfinanceiro	491.596.383	(804.467)	(384.629)	523.830.930	(597.497)	(943.736)
Outras (2)	178.892	(23.887)	(19.903)	-	-	-
Contratos de Futuros	224.309.295	-	-	287.984.278	-	-
Posição Comprada	200.465.938	-	-	148.237.279	-	-
Cupom Cambial (DDI)	77.727.137	-	-	85.931.389	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	94.674.369	-	-	28.491.764	-	-
Moeda Estrangeira	27.444.003	-	-	33.797.350	-	-
Índice (3)	482.394	-	-	16.776	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	138.035	-	-	-	-	-
Posição Vendida	23.843.357	-	-	139.746.999	-	-
Cupom Cambial (DDI)	17.259.936	-	-	60.606.204	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	3.337.596	-	-	53.267.620	-	-
Moeda Estrangeira	1.327.928	-	-	25.678.296	-	-
Índice (3)	1.787.973	-	-	194.879	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	129.924	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	142.207.037	1.394.796	932.491	174.435.332	2.836.843	(1.774.454)
Compromissos de Compra	88.742.561	2.292.188	7.021.301	96.509.221	5.345.415	12.077.828
Moedas	72.789.786	1.938.956	7.058.547	83.752.185	2.738.485	9.491.606
Outros	15.952.775	353.232	(37.246)	12.757.036	2.606.930	2.586.222
Compromissos de Venda	53.464.476	(897.392)	(6.088.810)	77.926.111	(2.508.572)	(13.852.282)
Moedas	52.121.080	(847.425)	(6.347.639)	71.611.500	(1.141.826)	(12.679.825)
Outros	1.343.396	(49.967)	258.829	6.314.611	(1.366.746)	(1.172.457)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

Notas Explicativas**III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação**

									Banco	
									Valor Referencial	
						Abertura por			Mercado de Negociação	
						Vencimento			31/12/2022	
						31/12/2022			31/12/2022	
						Até 3	De 3 a	Acima de	Bolsas (2)	Balcão (3)
						Meses	12 Meses	12 Meses		
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total					
Swap	38.927.315	252.497.951	112.243.271	403.668.537	418.137.448	47.687.239	58.897.164	297.084.134	45.969.236	357.699.301
Opções	69.919.242	742.316	1.005.959.367	1.076.620.925	1.130.172.099	632.194.437	320.970.425	123.456.063	1.002.730.257	73.890.668
Contratos de Futuros	1.525.199	-	222.748.675	224.273.874	287.984.278	145.245.540	22.700.853	56.327.481	224.273.874	-
Contratos a Termo e Outros	52.770.158	72.055.923	17.380.956	142.207.037	174.435.332	71.019.368	42.862.128	28.325.541	6.790.867	135.416.170

									Consolidado	
									Valor Referencial	
						Abertura por			Mercado de Negociação	
						Vencimento			31/12/2022	
						31/12/2022			31/12/2022	
						Até 3	De 3 a	Acima de	Bolsas (2)	Balcão (3)
						Meses	12 Meses	12 Meses		
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total					
Swap	38.927.315	252.497.951	117.003.076	408.428.342	422.001.798	52.447.044	58.897.164	297.084.134	45.969.236	362.459.106
Opções	69.919.242	742.316	1.044.226.989	1.114.888.547	1.130.172.099	632.690.834	357.162.816	125.034.897	1.040.997.879	73.890.668
Contratos de Futuros	1.525.199	-	222.784.096	224.309.295	287.984.278	145.320.316	22.626.385	56.362.594	224.309.295	-
Contratos a Termo e Outros	52.770.158	72.055.923	17.380.956	142.207.037	174.435.332	71.019.368	42.862.128	28.325.541	6.790.867	135.416.170

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

Notas Explicativas

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada no passivo através de emissões de letras de crédito imobiliário (LCI). Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por emissão de Letra Imobiliária Garantida. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza swaps de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

Notas Explicativas

31/12/2022								Banco
								31/12/2021
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Valor Contábil		Notional	
<i>Hedge de Risco de Mercado</i>	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	436.812	485.842	461.499	437.702	84.937	82.563	559.396	551.710
<i>Hedge de Operações de Crédito</i>	436.812	485.842	461.499	437.702	84.937	82.563	559.396	551.710
Contratos de Futuros	28.707.196	29.882.753	26.977.846	26.020.454	46.351.128	41.430.054	45.202.938	41.437.967
<i>Hedge de Operações de Crédito</i>	13.597.509	12.137.751	10.529.915	11.451.502	2.738.830	2.836.150	2.521.938	2.850.589
<i>Hedge de Títulos e Valores Mobiliários</i>	3.178.926	3.971.751	3.787.939	3.971.751	43.612.299	38.593.904	42.680.999	38.587.378
<i>Hedge de Captações</i>	11.930.761	13.773.251	12.659.992	10.597.201	-	-	-	-
<i>Hedge de Fluxo de Caixa</i>								
Contratos de Futuros	45.179.629	43.021.219	42.568.476	42.617.519	119.760.298	110.316.582	128.673.067	110.932.644
<i>Hedge de Operações de Crédito</i>	14.899.280	14.094.417	12.251.307	14.039.535	30.167.942	27.965.018	28.659.545	28.542.862
<i>Hedge de Títulos e Valores Mobiliários</i>	20.288.248	17.475.300	18.375.905	17.126.826	79.293.570	71.320.756	89.837.000	71.320.781
<i>Hedge de Captações</i>	9.992.101	11.451.502	11.941.264	11.451.158	10.298.786	11.030.809	10.176.522	11.069.000

31/12/2022								Consolidado
								31/12/2021
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Valor Contábil		Notional	
<i>Hedge de Risco de Mercado</i>	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
Contratos de Swap	436.812	485.842	461.499	437.702	84.937	82.563	559.396	551.710
<i>Hedge de Operações de Crédito</i>	436.812	485.842	461.499	437.702	84.937	82.563	559.396	551.710
Contratos de Futuros	28.707.196	29.882.753	26.977.846	26.020.454	46.351.128	41.430.054	45.202.938	41.437.967
<i>Hedge de Operações de Crédito</i>	13.597.509	12.137.751	10.529.915	11.451.502	2.738.830	2.836.150	2.521.938	2.850.589
<i>Hedge de Títulos e Valores Mobiliários</i>	3.178.926	3.971.751	3.787.939	3.971.751	43.612.299	38.593.904	42.680.999	38.587.378
<i>Hedge de Captações</i>	11.930.761	13.773.251	12.659.992	10.597.201	-	-	-	-
<i>Hedge de Fluxo de Caixa</i>								
Contratos de Swap	5.403.474	4.759.805	5.403.474	4.759.805	4.799.882	3.922.255	5.904.442	3.864.350
<i>Hedge de Captações</i>	5.403.474	4.759.805	5.403.474	4.759.805	4.799.882	3.922.255	5.904.442	3.864.350
Contratos de Futuros	45.179.629	43.021.219	42.568.476	42.617.519	119.760.298	110.316.582	128.673.067	110.932.644
<i>Hedge de Operações de Crédito</i>	14.899.280	14.094.417	12.251.307	14.039.535	30.167.942	27.965.018	28.659.545	28.542.862
<i>Hedge de Títulos e Valores Mobiliários</i>	20.288.248	17.475.300	18.375.905	17.126.826	79.293.570	71.320.756	89.837.000	71.320.781
<i>Hedge de Captações</i>	9.992.101	11.451.502	11.941.264	11.451.158	10.298.786	11.030.809	10.176.522	11.069.000

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

Notas Explicativas

Estratégias	Banco				Consolidado				
	31/12/2022			31/12/2021	31/12/2022				31/12/2021
	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Hedge de Risco de Mercado									
Contratos de Swap	-	437.702	437.702	84.767	-	-	437.702	437.702	84.767
Hedge de Operações de Crédito	-	437.702	437.702	84.767	-	-	437.702	437.702	84.767
Contratos de Futuros	1.277.231	24.743.223	26.020.454	41.437.967	-	1.277.231	24.743.223	26.020.454	41.437.967
Hedge de Operações de Crédito	-	11.451.502	11.451.502	2.850.589	-	-	11.451.502	11.451.502	2.850.589
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.277.231	2.694.520	3.971.751	38.587.378	-	1.277.231	2.694.520	3.971.751	38.587.378
Hedge de Captações	-	10.597.201	10.597.201	-	-	-	10.597.201	10.597.201	-
Hedge de Fluxo de Caixa									
Contratos de Swap	-	-	-	-	353.800	741.193	3.664.812	4.759.805	3.728.462
Hedge de Captações	-	-	-	-	353.800	741.193	3.664.812	4.759.805	3.728.462
Contratos de Futuros	620.296	41.997.223	42.617.519	110.932.644	-	620.296	41.997.223	42.617.519	110.932.644
Hedge de Operações de Crédito	-	14.039.535	14.039.535	28.542.862	-	-	14.039.535	14.039.535	28.542.862
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	620.296	16.506.530	17.126.826	71.320.781	-	620.296	16.506.530	17.126.826	71.320.781
Hedge de Captações	-	11.451.158	11.451.158	11.069.000	-	-	11.451.158	11.451.158	11.069.000

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$ 80.847 (31/12/2021 - R\$193.793) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$ 80.509 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

Notas Explicativas

	31/12/2022		Banco/Consolidado Valor Nominal 31/12/2021	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	3.725.358	-	3.984.392	-
Total	3.725.358	-	3.984.392	-

	31/12/2022		31/12/2021	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	3.725.358	3.725.358	3.984.392	3.984.392
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	3.725.358	3.725.358	3.984.392	3.984.392
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	3.725.358	3.725.358	3.984.392	3.984.392

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.623.247	28.481.618	18.269.122	31.305.549
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.694.357	1.015.470	3.291.246	3.751.223
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.900.510	4.551.507	10.904.676	7.725.538
Total	23.218.114	34.048.594	32.465.044	42.782.310

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

Notas Explicativas**8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito****a) Carteira de Créditos**

	31/12/2022	Banco 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Operações de Crédito	343.372.638	317.359.419	411.414.378	383.479.674
Empréstimos e Títulos Descontados	219.131.829	209.544.801	222.068.396	211.026.403
Financiamentos	50.362.934	39.635.785	115.468.107	104.274.438
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	15.608.384	13.409.499	15.608.384	13.409.499
Financiamentos Imobiliários	58.269.491	54.769.334	58.269.491	54.769.334
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	2.920.719	2.695.952
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	6.019.522	6.380.642	6.019.522	6.380.642
Outros Créditos (2)	66.001.113	66.841.237	69.398.431	70.101.593
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 10.a.)	366.567	169.942	587.156	471.385
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido e Importações Financiadas (Nota 9)	125.214	131.244	125.214	131.244
Outros Créditos Diversos	65.509.332	66.540.051	68.686.061	69.498.964
Total	415.393.273	390.581.298	489.753.050	462.657.861

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 12).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$ 9.598.823 - (31/12/2021 - R\$13.255.965), sendo R\$1.395.670 em Carteira Ativa, gerando um resultado positivo de R\$134.280 (31/12/2021 - R\$195.649) e, R\$ 8.203.153 em Carteira de Prejuízo. Esses montantes referiam-se a operações, substancialmente, de empréstimos e títulos descontados, não tendo valores deste montante com empresa do Grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 32.647 - (31/12/2021 - R\$40.790).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN nº 3.401/2006; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

Notas Explicativas**b) Carteira de Créditos por Vencimento****b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil**

	31/12/2022	Banco 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Vencidas	10.010.890	8.046.212	11.365.501	9.111.771
A vencer:				
Até 3 meses	51.112.801	48.840.796	60.419.997	57.901.539
De 3 a 12 meses	80.033.981	73.115.136	103.396.133	95.338.039
Acima de 12 meses	202.214.966	187.357.275	239.153.466	223.824.277
Total	343.372.638	317.359.419	414.335.097	386.175.626

b.2) Outros Créditos e Adiantamentos

	31/12/2022	Banco 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Vencidas	379.244	558.326	471.443	740.219
A vencer:				
Até 3 meses	44.440.153	46.699.791	45.553.123	47.788.649
De 3 a 12 meses	22.097.675	21.271.124	23.894.467	22.939.799
Acima de 12 meses	5.103.563	4.692.638	5.498.920	5.013.568
Total	72.020.635	73.221.879	75.417.953	76.482.235

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2022	Banco 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Setor Privado	414.136.260	389.584.358	488.495.452	461.660.021
Indústria	77.071.821	66.175.356	78.400.599	67.326.360
Comércio	49.695.023	46.914.290	55.942.928	52.116.991
Instituições Financeiras	1.964.768	1.409.948	1.490.891	1.139.660
Serviços e Outros (1)	57.372.140	64.288.268	64.765.459	70.874.163
Pessoas Físicas	222.713.048	206.057.453	282.525.830	265.381.454
Cartão de Crédito	47.890.503	45.804.859	47.890.503	45.804.859
Crédito Imobiliário	56.263.363	52.992.797	56.263.363	52.992.797
Crédito Consignado	58.550.295	52.303.502	58.550.295	52.303.502
Financiamento e Leasing de Veículos	995.712	1.703.858	56.645.490	56.514.921
Outros (2)	59.013.175	53.252.437	63.176.179	57.765.375
Agricultura	5.319.460	4.739.043	5.369.745	4.821.393
Setor Público	1.257.013	996.940	1.257.598	997.840
Governo Estadual	88.423	331.735	88.423	331.735
Governo Municipal	1.168.590	665.205	1.169.175	666.105
Total	415.393.273	390.581.298	489.753.050	462.657.861

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

Notas Explicativas**d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco**

													Banco
													31/12/2021
													Provisão
Nível de Risco	%Provisão Mínima	Carteira de Créditos						31/12/2022 Provisão					
		Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)
AA	0,0%	182.891.334	-	182.891.334	-	-	-	-	180.139.073	-	180.139.073	-	-
A	0,5%	111.655.015	-	111.655.015	558.275	6	558.281	104.992.054	104.992.054	-	104.992.054	524.960	2
B	1,0%	33.944.746	2.713.488	36.658.234	366.582	209	366.791	35.871.587	2.253.434	38.125.021	381.250	167	381.417
C	3,0%	28.690.898	2.437.240	31.128.138	933.844	1.831	935.675	29.029.189	2.798.938	31.828.127	954.844	1.899	956.743
D	10,0%	13.414.768	3.670.370	17.085.138	1.708.514	104.986	1.813.500	10.439.757	3.063.622	13.503.379	1.350.338	2.206.475	3.556.813
E	30,0%	7.184.838	3.145.705	10.330.543	3.099.163	119.771	3.218.934	2.346.953	2.301.009	4.647.962	1.394.389	757.194	2.151.583
F	50,0%	2.633.480	2.645.496	5.278.976	2.639.488	862.240	3.501.728	1.828.300	1.831.787	3.660.087	1.830.043	582.385	2.412.428
G	70,0%	2.721.163	2.546.902	5.268.065	3.687.645	1.202.336	4.889.981	1.865.631	1.570.929	3.436.560	2.405.590	643.556	3.049.146
H	100,0%	4.663.505	10.368.118	15.031.623	15.031.623	-	15.031.623	3.375.689	6.964.787	10.340.476	10.340.475	-	10.340.475
Total	-	387.799.747	27.527.319	415.327.066	28.025.134	2.291.379	30.316.513	369.888.233	20.784.506	390.672.739	19.181.889	4.191.678	23.373.567
Circulante								9.003.810					6.208.228
Não Circulante								21.312.703					17.165.339

													Consolidado
													31/12/2021
													Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima	Carteira de Créditos						31/12/2022 Provisão					
		Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)
AA	0,0%	200.385.215	-	200.385.215	-	-	-	-	199.635.521	-	199.635.521	-	-
A	0,5%	148.370.146	3.081	148.373.227	741.866	6	741.872	138.688.667	2.090	138.690.757	693.454	-	693.454
B	1,0%	41.821.551	4.552.974	46.374.525	463.745	209	463.954	44.189.990	3.890.801	48.080.791	480.808	167	480.975
C	3,0%	30.787.777	4.154.955	34.942.732	1.048.282	1.831	1.050.113	31.313.221	4.196.290	35.509.511	1.065.285	1.899	1.067.184
D	10,0%	14.209.145	4.683.498	18.892.643	1.889.264	104.991	1.994.255	11.009.408	3.847.376	14.856.784	1.485.678	2.245.960	3.731.638
E	30,0%	7.385.922	3.857.417	11.243.339	3.373.002	119.771	3.492.773	2.633.675	2.896.095	5.529.770	1.658.931	887.864	2.546.795
F	50,0%	2.920.740	3.244.118	6.164.858	3.082.429	862.240	3.944.669	1.936.705	2.275.793	4.212.498	2.106.249	690.148	2.796.397
G	70,0%	2.807.941	3.015.922	5.823.863	4.076.704	1.202.336	5.279.040	2.031.334	1.916.832	3.948.166	2.763.716	765.637	3.529.353
H	100,0%	5.021.018	12.465.423	17.486.441	17.486.441	-	17.486.441	3.690.054	8.595.444	12.285.498	12.285.498	-	12.285.498
Total		453.709.455	35.977.388	489.686.843	32.161.733	2.291.384	34.453.117	435.128.575	27.620.721	462.749.296	22.539.619	4.591.675	27.131.294
Circulante								10.656.597					7.706.994
Não Circulante								23.796.520					19.424.300

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

(3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 66.207 - (31/12/2021- R\$91.435), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

Notas Explicativas

Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/20, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco:

		Banco/Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Ativo	Provisão Requerida (1)	Ativo	Provisão Requerida (1)
AA	0,0%	5.990	-	9.132	-
A	0,5%	152.344	114	401.095	301
B	1,0%	62.462	94	276.818	415
C	3,0%	91.149	410	285.783	1.286
D	10,0%	82.236	1.234	165.099	2.476
E	30,0%	7.974	359	15.153	682
F	50,0%	4.398	330	19.682	1.476
G	70,0%	4.212	442	15.714	1.650
H	100,0%	285.143	8.487	120.077	18.011
Total		695.908	11.470	1.308.553	26.297

(1) Saldo de provisão constituída sobre a parcela do crédito cujo risco é do Banco Santander (Brasil) S.A.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Saldo Inicial	23.373.567	21.835.445	27.131.294	25.067.489
Constituições Líquidas das Reversões	20.819.824	12.580.038	24.805.825	15.356.108
Baixas	(13.876.878)	(11.041.916)	(17.484.002)	(13.292.303)
Saldo Final	30.316.513	23.373.567	34.453.117	27.131.294
Créditos Recuperados	2.382.789	3.005.852	3.010.301	3.422.116

f) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos Renegociados	32.020.885	20.005.822	36.922.114	23.634.268
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(16.382.264)	(10.100.946)	(18.050.001)	(11.120.588)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	51,2%	50,5%	48,9%	47,1%

g) Concentração de Crédito

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	7.664.790	1,2%	6.767.732	1,4%
10 Maiores	45.301.948	7,1%	40.864.829	7,5%
20 Maiores	67.455.138	10,6%	60.535.018	11,2%
50 Maiores	106.339.412	16,7%	93.411.357	17,6%
100 Maiores	140.646.054	22,1%	124.364.929	23,1%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

Notas Explicativas

9. Carteira de Câmbio

Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	59.206.385	25.885.822
Câmbio Comprado a Liquidar	37.956.916	38.311.762
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(428.837)	(138.651)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	125.214	131.244
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	-	2.752
Total	96.859.678	64.192.929
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	70.558.496	34.822.053
Obrigações por Compra de Câmbio	26.956.254	29.117.239
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(6.019.522)	(6.380.642)
Outros	129	141
Total	91.495.357	57.558.791

Contas de Compensação

Créditos Abertos para Importação	1.192.865	2.433.568
Créditos de Exportação Confirmados	42.803	288.822

10. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

	Banco	
	31/12/2022	31/12/2021
	Total	Total
Carteira de Câmbio	96.859.678	64.192.929
Negociação e Intermediação de Valores	3.026.543	5.625.242
Relações Interfinanceiras	95.324.074	87.981.008
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	366.567	169.942
Total	195.576.862	157.969.121
Circulante	188.955.414	149.591.910
Não Circulante	6.621.448	8.377.211

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Carteira de Câmbio	96.859.678	64.192.929
Negociação e Intermediação de Valores	4.740.568	6.723.764
Relações Interfinanceiras	95.643.095	88.376.555
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	587.156	471.385
Total	197.830.497	159.764.633
Circulante	189.292.202	149.081.133
Não Circulante	8.538.295	10.683.500

Notas Explicativas**b) Negociação e Intermediação de Valores**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.041.678	1.521.217	2.355.283	1.897.317
Caixas de Registro e Liquidação	825	1.750	155.875	3.170
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	44.359	39.216	208.731	718.223
Bolsas - Depósitos em Garantia	788.772	3.095.211	794.071	3.099.913
Outros (1)	1.150.909	967.848	1.226.608	1.005.141
Total	3.026.543	5.625.242	4.740.568	6.723.764
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	184.518	2.940.343	604.413	3.247.435
Credores - Conta Liquidações Pendentes	8.891	6.717	456.675	150.476
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	262.299	448.390
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	10.027	332.350
Comissões e Corretagens a Pagar	3.150	2.766	5.006	3.685
Outros	-	-	4.338	327
Total	196.559	2.949.826	1.342.758	4.182.663

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

Notas Explicativas

11. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Fiscais Diferidos	36.197.741	33.173.550	41.433.846	37.958.070
Imposto de Renda a Recuperar	-	-	123	-
Impostos e Contribuições a Compensar	6.950.948	3.947.012	7.814.911	4.495.200
Total	43.148.689	37.120.562	49.248.880	42.453.270
Circulante	1.665.246	1.353.477	2.058.938	1.163.283
Não Circulante	41.483.443	35.767.085	47.189.942	41.289.987

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens			Banco	
	31/12/2022	31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	41.051.027	32.151.456	14.468.155	8.974.835	(4.970.028)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.046.138	4.323.509	1.945.580	627.163	(1.201.981)
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.071.755	3.689.060	1.623.796	334.876	(142.681)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.705.662	5.587.123	2.514.206	966.898	(913.555)
Ágio	104.996	109.248	49.162	-	(1.913)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	4.109.331	8.081.267	1.562.878	4.863.147	(5.455.520)
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.852.868	8.727.582	2.124.709	763.523	(1.055.905)
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	807.816	1.769.948	796.476	131.517	(564.477)
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.371.650	1.226.774	529.182	861.087	(807.690)
Outras Provisões Temporárias (3)	6.586.452	6.935.677	3.022.850	1.916.503	(2.053.075)
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	70.707.695	72.601.644	28.636.994	19.439.549	(17.166.825)
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	11.991.403	10.144.740	4.536.556	751.467	-
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	82.699.098	82.746.384	33.173.550	20.191.016	(17.166.825)

Notas Explicativas

	Origens					Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	46.424.164	38.547.733	17.036.391	10.539.173	(6.918.849)	20.656.715
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.269.192	4.590.834	2.046.045	697.887	(1.284.328)	1.459.604
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	6.537.257	6.028.067	2.537.729	414.670	(165.247)	2.787.152
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	6.061.942	5.972.720	2.655.871	1.055.501	(1.009.241)	2.702.131
Ágio	104.996	109.248	49.162	-	(1.914)	47.248
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	5.907.702	8.196.778	1.609.048	5.488.148	(5.455.597)	1.641.599
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	4.671.260	10.748.333	2.471.319	939.116	(1.233.889)	2.176.546
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	813.783	1.793.709	804.555	133.178	(572.187)	365.546
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.655.350	1.432.705	599.768	963.861	(884.521)	679.108
Outras Provisões Temporárias (3)	7.889.600	7.602.125	3.392.198	2.333.231	(2.328.269)	3.397.160
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	83.335.246	85.022.252	33.202.086	22.564.765	(19.854.042)	35.912.809
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	12.193.732	10.295.706	4.755.984	798.776	(33.723)	5.521.037
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	95.528.978	95.317.958	37.958.070	23.363.541	(19.887.765)	41.433.846

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

Em 31 de dezembro de 2022, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$ 100.042 (31/12/2021 – R\$90.574) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano				Banco	
				31/12/2022	
	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Registrados
2023	5.811.374	4.681.220	74.048	17.886	10.584.528
2024	4.940.114	3.972.781	74.048	8.292	8.995.235
2025	4.861.857	3.910.174	74.048	820.055	9.666.134
2026	681.915	545.521	74.048	-	1.301.484
2027	318.143	254.503	74.048	-	646.694
2028 a 2032	312.153	249.723	-	4.441.790	5.003.666
Total	16.925.556	13.613.922	370.240	5.288.023	36.197.741

Notas Explicativas

Ano					Consolidado
					31/12/2022
	Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais -		Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Registrados
2023	7.116.152	5.463.476	95.292	94.081	12.769.001
2024	5.647.568	4.393.571	95.292	110.376	10.246.807
2025	5.517.241	4.302.457	95.292	850.688	10.765.678
2026	871.107	649.861	95.163	5.097	1.621.228
2027	554.979	336.868	95.163	4.029	991.039
2028 a 2032	324.344	258.983	-	4.456.766	5.040.093
Total	20.031.391	15.405.216	476.202	5.521.037	41.433.846

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$30.133.710 (31/12/2021 - R\$31.575.967) no Banco e R\$34.736.464 (31/12/2021 - R\$36.110.693) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Fiscais Diferidos	3.332.472	2.030.169	4.882.782	2.708.477
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	276.153	174.588	1.400.466	1.339.495
Impostos e Contribuições a Pagar	708.051	765.882	1.039.278	1.034.873
Total	4.316.676	2.970.639	7.322.526	5.082.845
Circulante	944.975	940.470	2.399.755	2.374.368
Não Circulante	3.371.701	2.030.169	4.922.771	2.708.477

Notas Explicativas

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Banco Saldo em 31/12/2022
	31/12/2022	31/12/2021				
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	5.032.922	638.141	155.353	10.618.581	(8.380.403)	2.393.531
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	1.731.899	7.259.029	1.767.194	287.868	(1.227.944)	827.118
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.335	21.438	5.360	-	(26)	5.334
Outros	237.053	227.660	102.262	4.227	-	106.489
Total	7.023.209	8.146.268	2.030.169	10.910.676	(9.608.373)	3.332.472

	Origens		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2022
	31/12/2022	31/12/2021				
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	7.119.023	1.630.907	383.698	11.268.359	(8.485.665)	3.166.392
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	2.335.569	7.646.179	1.788.454	601.161	(1.288.030)	1.101.585
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.610.971	1.343.391	335.784	104.534	(37.575)	402.743
Outros	503.655	476.538	200.541	20.271	(8.750)	212.062
Total	11.569.218	11.097.015	2.708.477	11.994.325	(9.820.020)	4.882.782

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Notas Explicativas**c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos**

				Banco
				31/12/2022
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2023	330.603	263.041	62.913	656.557
2024	330.603	263.041	62.913	656.557
2025	330.603	263.041	62.913	656.557
2026	328.825	263.041	62.913	654.779
2027	328.825	263.041	62.913	654.779
2028 a 2032	29.631	23.612	-	53.243
Até 2033	-	-	-	-
Total	1.679.090	1.338.817	314.565	3.332.472

				Consolidado
				31/12/2022
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2023	660.753	334.146	85.107	1.080.006
2024	673.104	338.593	85.107	1.096.804
2025	492.979	334.146	85.107	912.232
2026	464.042	318.435	83.309	865.786
2027	464.042	318.435	83.309	865.786
2028 a 2032	36.039	26.129	-	62.168
Até 2033	-	-	-	-
Total	2.790.959	1.669.884	421.939	4.882.782

Notas Explicativas**d) Imposto de Renda e Contribuição Social**

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	12.888.608	21.216.882	17.297.797	23.671.563
Participações no Lucro (1)	(1.938.115)	(1.860.596)	(2.222.015)	(2.059.673)
Resultado não Realizado	-	-	(176)	(142)
Resultado antes dos Impostos	10.950.493	19.356.286	15.075.606	21.611.748
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (3)	(4.927.722)	(9.678.143)	(6.825.273)	(10.805.874)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	2.689.799	1.838.324	(6.889)	34.697
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	814.609	(221.023)	1.171.504	(230.261)
Juros sobre o Capital Próprio	2.359.306	1.810.797	2.404.610	1.854.422
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	-	768.902	-	768.902
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	691.037	264.650	302.404	264.191
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (3)	-	553.901	716.350	1.196.504
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(218.997)	301.814	(88.943)	414.194
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.408.032	(4.360.778)	(2.326.237)	(6.503.225)
Impostos Correntes	(106.875)	(2.161.881)	(3.268.848)	(4.653.737)
Imposto de renda e contribuição social do período	(106.875)	(2.161.881)	(3.268.848)	(4.653.737)
Impostos Diferidos	763.439	(1.328.439)	169.063	(895.292)
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	763.439	(1.328.439)	169.063	(895.292)
Movimentação do Período:	-	(870.458)	20.545	(953.457)
Base Negativa de Contribuição Social	-	(375.801)	29.297	(380.409)
Prejuízo Fiscal	-	(494.657)	(8.752)	(573.048)
Constituição no período sobre:	751.468	-	753.003	(739)
Base Negativa de Contribuição Social	369.333	-	370.039	(284)
Prejuízo Fiscal	382.135	-	382.964	(455)
Total dos impostos diferidos	1.514.907	(2.198.897)	942.611	(1.849.488)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.408.032	(4.360.778)	(2.326.237)	(6.503.225)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Em 2021, a Lei nº 14.183/2021 majorou a alíquota das empresas financeiras de 15% para 20% e dos Bancos de 20% para 25% de julho a dezembro de 2021. Em 2022, a CSLL foi majorada de 15% para 16% para empresas Financeiras e de 20% para 21% de agosto a dezembro de 2022, de acordo com a Lei 14.446/22. No Consolidado consideramos as diferenças de alíquotas de CSLL de 9% (empresas não financeiras), 16% (empresas Financeiras) e 21% (Bancos). Além dos eventos recorrentes demonstrados nessa linha, também foram reconhecidos os valores relativos do julgamento do Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic de repetição de indébito tributário.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determinou que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial foi integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal ainda distinto para os tributos PIS e COFINS, de tais diferenças cambiais, resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Notas Explicativas

Em Reais Milhões	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado da Intermediação Financeira		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo	(2.644)	3.862
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	2.773	(6.374)
Despesas Tributárias		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - PIS/COFINS	(129)	275
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - IR/CS	-	2.237

e) Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 30/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Despesa com Cofins	2.171.376	2.101.852	3.098.441
Despesa com ISS	621.822	639.152	812.849
Despesa com PIS	352.849	341.551	546.630
Outras	390.810	289.077	554.202
Total	3.536.857	3.371.632	5.012.122

12. Outros Ativos

	Banco		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Títulos e Créditos a Receber			
Cartões de Crédito	38.799.284	38.697.565	38.799.284
Direitos Creditórios (1)	26.052.723	27.228.813	31.761.056
Devedores por Depósitos em Garantia			
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.416.291	5.481.136	7.284.567
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.643.491	1.648.343	1.760.965
Outros - Cíveis	723.830	1.096.701	903.062
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 20.f.)	496	496	496
Pagamentos a Ressarcir	133.949	178.077	149.153
Adiantamentos Salariais/Outros	87.632	199.212	1.909.304
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29.a.)	235.377	231.100	292.770
Devedores por Compra de Valores e Bens	525.978	551.756	646.886
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	29.862	38.827	256.384
Rendas a Receber	2.934.909	3.077.494	2.608.540
Outros Valores e Bens	1.774.655	1.361.411	1.990.836
Outros (2)	5.435.171	2.081.481	7.382.926
Total	83.793.648	81.872.412	95.746.229
Circulante	69.993.173	67.383.339	79.362.666
Não Circulante	13.800.475	14.489.073	16.383.563

- (1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.
- (2) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui, principalmente, saldos em aberto dos Fundos de Direito Creditórios (FIDC) estes relacionados na nota explicativa Escopo de Consolidação (nota 14).

Notas Explicativas

13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:

Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Agência de Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

Subsidiária:

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência Grand Cayman(1)			Agência de Luxemburgo(1)		
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado do Período	677.586	1.713.577	2.206.018	692.699	1.027.299	715.212

(1) A moeda funcional é o Real.

14. Participações de Controladas e Coligadas

a) Perímetro de Consolidação

	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2022	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Investimentos					
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.(BEN Benefícios)	Meio de Pagamento	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. (GIRA)	Tecnologia	381	-	80,00%	80,00%
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	31.857	-	100,00%	100,00%
					94,60%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	

Notas Explicativas

				Prestação de	
				Serviços de Meios	
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Digitais	30.988	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	575.670	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
FIRST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados LTDA	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA)	Banco	105	-	50,00%	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	80,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	100,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	Tecnologia	3.808	-	0,00%	90,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.726	-	0,00%	63,00%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	14,78%
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	228.461	-	0,00%	76,55%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Monetus Investimentos S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	1.122.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.					
Mob Soluções em Tecnologia Ltda.	Tecnologia	20	-	0,00%	100,00%
Controlada da Monetus Investimentos S.A.					
Mobills Corretora De Seguros Ltda.	Corretora	510	-	0,00%	100,00%

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2022	
		Ações			
	Ramo de Atividade	Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Investimentos					
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56%	15,56%
CIP S.A.	Outras	9.114	-	17,87%	17,87%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	425.126.827	-	0,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras	743.944	68.771	0,00%	18,98%

Notas Explicativas

PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros)	Corretora de Seguros	450	-	0,00%	50,00%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	0,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	0,00%	20,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	23.243	-	0,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	6.591	-	0,00%	66,67%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras	542.004	-	0,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	1.000	-	0,00%	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras	517.505	-	0,00%	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (4);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado;
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (5);
- Verbena FCVS - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (6);
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet (7);
- Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (8); e
- San Créditos Estruturados - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (8).

- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.
- (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (4) A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros), empresa que adquiriu determinadas operações de crédito do Banco Santander (vencidas a mais de 360 dias) e controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.
- (5) Este fundo passou a ser consolidado em agosto de 2020 e é controlado através da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.
- (6) Este fundo passou a ser consolidado em fevereiro de 2021, controlado pelo Banco Santander, que detém 100% das cotas deste fundo.
- (7) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2022 e é controlado através do Aymoré CFI, detém 100% das cotas deste fundo.
- (8) Estes fundos passaram a ser consolidados em novembro de 2022 e são controlados através da Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A., detém 100% das cotas destes fundos.

Notas Explicativas

b) Composição dos Investimentos

	Banco					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	11.664.349	568.024	11.664.349	11.172.028	568.024	323.537
Banco Bandepe S.A.	-	-	-	-	-	36.530
Santander Brasil EFC	-	-	-	-	-	(35.574)
Santander Corretora de Seguros	5.999.700	1.413.020	6.008.296	4.609.417	1.418.050	1.048.878
Getnet S.A.	-	-	-	-	-	56.220
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (1)	-	202.266	-	2.690.379	202.266	116.249
Aymoré CFI	43.647.927	1.760.953	43.647.927	2.305.203	1.760.954	1.012.268
Sancap	1.203.326	631.867	1.203.326	992.882	630.564	248.077
Santander CCVM	925.558	124.907	925.557	807.096	124.907	85.023
Banco RCI Brasil S.A.	1.426.353	211.111	568.985	608.156	84.214	62.812
Santander Brasil Consórcio	1.449.725	435.745	1.449.725	1.013.980	435.745	336.785
CIP S.A.	2.280.028	283.194	407.441	-	50.606	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	6.457.613	69.685	6.457.613	-	48.546	-
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	264.141	4.695	264.141	-	(2.886)	-
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados LTDA	196.749	7.198	196.749	-	7.198	-
Esfera Fidelidade S.A.	1.332.438	619.011	1.332.438	719.417	619.011	266.370
Outros	1.398.612	(7.619)	1.169.883	1.040.358	30.132	119.472
Total	78.246.519	6.324.057	75.296.430	25.958.916	5.977.331	3.676.647

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
TecBan	954.772	60.800	181.216	169.676	11.540	45.752
Gestora de Crédito	307.950	(66.823)	61.590	13.522	(13.365)	(14.419)
Webmotors S.A.	309.516	74.407	216.662	189.317	52.085	45.816
EBP	6.710	390	745	1.258	43	(15)
Solution 4Fleet	-	-	-	11.603	-	(2.142)
Santander Auto	61.556	25.088	30.778	21.262	12.544	6.115
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	2.508	(12)	1.254	1.260	(6)	216
PSA Corretora	1.081	2.041	540	540	1.021	48
CIP S.A.	2.280.028	283.194	407.441	-	50.607	-
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	212.814	2.482	42.563	-	496	-
Outras	-	-	-	255	-	(11.975)
Total	4.136.935	381.567	942.789	408.693	114.965	69.396

(1) Cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Liderança"), vide nota explicativa nº31.

Notas Explicativas

15. Imobilizado de Uso

			31/12/2022	Banco 31/12/2021
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.425.172	(951.895)	1.473.277	1.546.882
Terrenos	629.138	-	629.138	640.772
Edificações	1.796.034	(951.895)	844.139	906.110
Outras Imobilizações de Uso	13.604.298	(9.365.300)	4.238.998	4.519.804
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.747.634	(3.848.098)	1.899.536	1.982.893
Sistemas de Processamento de Dados	2.537.400	(1.703.794)	833.606	927.367
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.330.347	(3.187.311)	1.143.036	1.271.430
Sistemas de Segurança e Comunicações	919.358	(600.926)	318.432	282.965
Outras	69.559	(25.171)	44.388	55.149
Total	16.029.470	(10.317.195)	5.712.275	6.066.686

			31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.711.940	(1.023.637)	1.688.303	1.774.302
Terrenos	698.906	-	698.906	712.200
Edificações	2.013.034	(1.023.637)	989.397	1.062.102
Outras Imobilizações de Uso	13.923.997	(9.497.247)	4.426.750	4.610.046
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.824.735	(3.880.750)	1.943.985	1.983.785
Sistemas de Processamento de Dados	2.635.567	(1.718.489)	917.078	951.003
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.450.016	(3.268.340)	1.181.676	1.316.232
Sistemas de Segurança e Comunicações	923.401	(604.374)	319.027	283.684
Outras	90.278	(25.294)	64.984	75.342
Total	16.635.937	(10.520.884)	6.115.053	6.384.348

16. Intangível

			31/12/2022	Banco 31/12/2021
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(26.717.730)	502.785	702.497
Outros Ativos Intangíveis	12.311.516	(6.499.159)	5.812.357	4.568.941
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	7.856.265	(4.513.702)	3.342.563	2.711.778
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.281.871	(1.853.385)	2.428.486	1.792.934
Outros	173.380	(132.072)	41.308	64.229
Total	39.532.031	(33.216.889)	6.315.142	5.271.438

			31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	28.292.002	(27.036.037)	1.255.965	1.434.721
Outros Ativos Intangíveis	12.810.585	(6.774.410)	6.036.176	4.687.979
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	8.333.226	(4.757.051)	3.576.175	2.845.136
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.281.872	(1.853.385)	2.428.487	1.792.935
Outros	195.488	(163.974)	31.514	49.908
Total	41.102.587	(33.810.447)	7.292.141	6.122.700

(*) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve impairment.

Notas Explicativas

17. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

	31/12/2022				Banco	
					31/12/2021	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	95.814.154	102.763.606	100.809.203	122.526.177	421.913.140	406.882.409
Depósitos à Vista	35.548.256	-	-	-	35.548.256	40.776.429
Depósitos de Poupança	60.204.483	-	-	-	60.204.483	65.220.066
Depósitos Interfinanceiros	-	2.247.316	3.322.210	230.841	5.800.367	5.621.237
Depósitos a Prazo (1)	61.415	100.516.290	97.486.993	122.295.336	320.360.034	295.264.677
Captações no Mercado Aberto	-	21.053.999	2.735.011	93.179.916	116.968.926	100.870.087
Carteira Própria	-	17.850.738	87.949	41.603.586	59.542.273	75.114.059
Títulos Públicos	-	510.939	53.816	41.597.960	42.162.715	61.635.928
Outros	-	17.339.799	34.133	5.626	17.379.558	13.478.131
Carteira de Terceiros	-	-	-	31.905.978	31.905.978	6.859.710
Carteira de Livre Movimentação	-	3.203.261	2.647.062	19.670.352	25.520.675	18.896.318
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	14.971.170	40.218.240	92.686.125	147.875.535	115.842.979
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	10.857.263	34.250.912	55.336.557	100.444.732	73.517.897
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	4.217.733	7.394.352	22.527.080	34.139.165	28.924.170
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.251.634	12.492.241	6.301.445	24.045.320	16.989.434
Letras Financeiras - LF (3)	-	1.386.702	14.364.319	17.962.027	33.713.048	25.074.264
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	1.194	-	8.546.005	8.547.199	2.530.030
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	3.861.139	4.662.390	32.075.615	40.599.144	38.427.171
Certificados de Operações Estruturadas	-	252.768	1.304.938	5.273.953	6.831.659	3.897.911
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	29.973.488	38.394.664	13.277.406	81.645.558	91.581.834
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	28.639.557	34.892.324	4.143.215	67.675.096	79.728.750
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	12.117.778	18.581.223	1.940.214	32.639.215	50.769.169
Outras Linhas de Crédito	-	16.521.779	16.311.101	2.203.001	35.035.881	28.959.581
Obrigações por Repasses do País	-	1.333.931	3.502.340	9.134.191	13.970.462	11.853.084
Total	95.814.154	168.762.263	182.157.118	321.669.624	768.403.159	715.177.309
Circulante	95.814.154	168.762.263	182.157.118	-	446.733.535	496.745.355
Não Circulante	-	-	-	321.669.624	321.669.624	218.431.954

Notas Explicativas

					31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	95.711.018	102.412.483	100.234.409	122.570.919	420.928.829	403.639.687
Depósitos à Vista	35.336.874	-	-	-	35.336.874	40.454.250
Depósitos de Poupança	60.204.483	-	-	-	60.204.483	65.220.066
Depósitos Interfinanceiros	-	1.555.593	2.744.484	275.488	4.575.565	4.723.077
Depósitos a Prazo (1)	61.415	100.856.890	97.489.925	122.295.431	320.703.661	293.242.294
Outros Depósitos	108.246	-	-	-	108.246	-
Captações no Mercado Aberto	-	20.814.653	2.681.195	86.265.076	109.760.924	95.648.600
Carteira Própria	-	17.611.392	34.133	38.676.000	56.321.525	71.192.568
Títulos Públicos	-	271.118	-	38.670.374	38.941.492	57.714.437
Outros	-	17.339.799	34.133	5.626	17.379.558	13.478.131
Carteira de Terceiros	-	-	-	27.918.724	27.918.724	5.559.714
Carteira de Livre Movimentação	-	3.203.261	2.647.062	19.670.352	25.520.675	18.896.318
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	16.408.519	39.523.634	71.476.933	127.409.086	95.380.860
Recursos de Aceites Cambiais	-	80.600	150.461	978.621	1.209.682	1.361.443
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	11.505.308	34.992.606	58.361.704	104.859.618	77.169.438
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	4.217.733	7.394.352	22.527.080	34.139.165	28.924.170
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.251.633	12.492.241	6.301.445	24.045.319	16.989.434
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.034.748	15.106.013	20.987.174	38.127.935	28.725.804
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	1.194	-	8.546.005	8.547.199	2.530.030
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	4.569.843	3.075.629	6.862.654	14.508.126	12.952.068
Certificados de Operações Estruturadas	-	252.768	1.304.938	5.273.954	6.831.660	3.897.911
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	30.049.052	38.394.664	13.277.406	81.721.122	91.586.750
Obrigações por Empréstimos no País	-	75.564	-	-	75.564	4.916
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	28.639.557	34.892.324	4.143.215	67.675.096	79.728.750
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	12.117.778	18.581.223	1.940.214	32.639.215	50.769.169
Outras Linhas de Crédito	-	16.521.779	16.311.101	2.203.001	35.035.881	28.959.581
Obrigações por Repasses do País	-	1.333.931	3.502.340	9.134.191	13.970.462	11.853.084
Total	95.711.018	169.684.707	180.833.902	293.590.334	739.819.961	686.255.897
Circulante	95.711.018	169.684.707	180.833.902	-	446.229.627	486.234.899
Não Circulante	-	-	-	293.590.334	293.590.334	200.020.998

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2022 possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2028.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2022 possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2032.

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2035 (31/12/2021 - com prazo de vencimento entre 2022 e 2035).

Notas Explicativas

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2023 (31/12/2021 - até o ano de 2024) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 1,09% a 6,45% a.a. (31/12/2021 - de 0,33% a.a. a 4,75% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2022	Banco 31/12/2021	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
			Total	Total	Total	Total
2018	2025	4,4%	221.113	336.367	-	306.253
2019	2027	Até 6,4% + CDI	1.829.032	5.067.541	32.204	1.189.699
2020	2027	Até 9% + CDI	1.508.500	16.243.390	90.068	3.363.551
2021	2031	Até 9% + CDI	17.519.679	16.779.872	6.306.335	8.092.563
2022	2035	Até 9% + CDI	19.520.820	-	8.079.519	-
Total			40.599.144	38.427.171	14.508.126	12.952.068

c) Abertura de contas de resultado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Depósitos a Prazo (1) (2)	25.003.223	12.363.768	21.619.497	12.221.164
Depósitos de Poupança	4.513.237	2.059.346	4.513.237	2.059.346
Depósitos Interfinanceiros	551.284	216.372	428.845	266.846
Captação no Mercado Aberto	12.745.181	5.472.444	12.106.850	5.269.305
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	5.626	275.320	190.736
Outras (3)	12.388.906	14.433.171	13.071.934	14.627.630
Total	55.201.831	34.550.727	52.015.683	34.635.027

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$ 863.395 (2021 - R\$ 885.718), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 18.b).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 5.414.167 no Banco e no Consolidado (2021 - despesa de variação cambial no valor de R\$ 1.528.068 no Banco e no Consolidado).

(3) Em 31 de dezembro de 2022 inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 1.089.010 no Banco e no Consolidado (2021 - Despesa de variação cambial no valor de R\$ 9.161.115).

Notas Explicativas

18. Outros Passivos Financeiros

a. Composição

	31/12/2022	Banco 31/12/2021
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	91.495.357	57.558.791
Negociação e Intermediação de Valores	196.559	2.949.826
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.537.618	19.641.408
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	165.518	196.811
Relações Interdependências e Interfinanceiras	6.107.598	5.442.814
Total	117.502.650	85.789.650
Circulante	99.934.908	59.452.245
Não Circulante	17.567.742	26.337.405

	31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	91.495.357	57.558.791
Negociação e Intermediação de Valores (1)	1.342.758	4.182.663
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.537.618	19.641.408
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	200.971	248.306
Relações Interdependências e Interfinanceiras	6.107.600	5.442.814
Total	118.684.304	87.073.982
Circulante	99.304.698	59.428.751
Não Circulante	19.379.606	27.645.231

(1) No exercício de 2021, devido a melhores condições de liquidez observadas no mercado das operações de comercialização de energia elétrica para determinados vencimentos, a administração reclassificou os contratos com vencimento até 2 anos de nível 3 para nível 2 (nota 32.g) e revisitou o tratamento contábil em relação aos contratos de comercialização de energia elétrica, que deixam de incluir o valor do "principal" e, desta forma, apenas os ajustes a valor justo e juros apurados nessas operações passam a ser registrados em contas patrimoniais.

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	Total	Total
Notes - Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,250%	6.591.740	7.050.080
Notes - Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	6.580.937	7.038.527
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	6.133.677	5.351.046
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	231.264	201.755
Total					19.537.618	19.641.408

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

Notas Explicativas

19. Outros Passivos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	4.271.215	3.747.397
Obrigações com Cartões de Crédito	40.274.848	40.390.304	40.544.183	40.674.867
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 20.b)	4.141.393	4.312.234	6.722.249	6.748.684
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	4.257.374	5.033.675	4.594.202	5.325.716
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	413.438	324.728	413.438	324.728
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	1.752.607	2.699.902	1.775.202	2.728.125
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.995	22.307	4.995	22.307
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 20.f)	496	496	496	496
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.901.611	1.794.489	2.265.757	2.077.434
Despesas Administrativas	239.761	254.802	516.502	393.089
Outros Pagamentos	66.564	84.847	192.212	223.968
Credores por Recursos a Liberar	996.143	1.485.921	996.143	1.485.921
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	612.844	619.570	612.844	619.570
Fornecedores	588.811	777.377	1.000.553	1.318.328
Sociais e Estatutárias	850.219	1.149.828	1.062.494	1.468.031
Obrigações com Operações TVM Exterior	3.775.387	4.033.863	3.775.387	4.033.863
Débitos com Operações de Seguros	-	-	1.949.710	2.015.370
Outras (1)	4.478.017	2.534.892	8.719.931	6.729.058
Total	64.354.508	65.519.235	79.417.513	79.936.952
Circulante	30.260.094	10.218.257	36.571.840	16.164.475
Não Circulante	34.094.414	55.300.978	42.845.673	63.772.477

(1) Inclui impactos da variação cambial referentes a Notes.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2022		31/12/2021	
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	2.156.115	27.835	6.244.755	28.506
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	6.454.815	7.369	6.796.175	4.198
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.965.704	1.448	1.698.518	2.442
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	12.188.938	308.422	11.823.964	243.235
Outros Avais	93.919	1.774	376.784	1.897
Outras Fianças Bancárias	23.192.067	60.752	19.525.773	36.489
Outras Garantias Financeiras Prestadas	267.886	5.837	88.388	7.960
Total	46.319.444	413.437	46.554.357	324.727

Notas Explicativas

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado
	01/01 a
	31/12/2022
	01/01 a
	31/12/2021
Saldo Inicial	324.728
Constituição	93.304
Reversão (1)	(4.595)
Saldo	413.437
	324.727

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19)	4.141.393	4.312.234
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19)	4.257.374	5.033.675
Ações Trabalhistas	1.532.949	1.941.169
Ações Cíveis	2.724.425	3.092.506
Total	8.398.767	9.345.909
	11.316.451	12.074.400

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco
	01/01 a
	31/12/2022
	01/01 a
	31/12/2021
	Fiscais
	Trabalhistas
	Cíveis
	Fiscais
	Trabalhistas
	Cíveis
Saldo Inicial	4.312.234
Constituição Líquida de Reversão (1)	144.787
Atualização Monetária	198.085
Baixas por Pagamento	(513.713)
Saldo Final (3)	4.141.393
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.473.382
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	2.904
Total dos Depósitos em Garantia (2)	1.476.286
	709.895
	271.455
	1.333.615
	693.956
	696.804

	Consolidado
	01/01 a
	31/12/2022
	01/01 a
	31/12/2021
	Fiscais
	Trabalhistas
	Cíveis
	Fiscais
	Trabalhistas
	Cíveis
Saldo Inicial	6.748.684
Constituição Líquida de Reversão (1)	165.120
Atualização Monetária	350.668
Baixas por Pagamento	(542.223)
Saldo Final (3)	6.722.249
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.812.055
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	4.003
Total dos Depósitos em Garantia (2)	2.816.058
	752.583
	279.439
	2.575.287
	737.426
	707.098

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(3) Os saldos finais são compostos por R\$ 4.141.393, R\$ 5.910.093, R\$ 3.015.365 de provisão no Banco e R\$ 6.722.249, R\$ 6.281.983, R\$ 3.253.660 no consolidado e de R\$ 0, R\$ 4.377.144, R\$ 290.939 de conta redutora no Banco e R\$ 0, R\$ 4.570.837, R\$ 370.604 no consolidado registrados pagamentos parciais de processos não encerrados de natureza fiscal, trabalhista e cível respectivamente.

Notas Explicativas

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

PIS e COFINS - R\$ 1.983.243 no Banco e R\$ 4.233.700 no Consolidado (31/12/2021 - R\$1.973.373 no Banco e R\$4.090.025 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à COFINS. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à COFINS está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da COFINS das demais empresas controladas.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 1.016.253 (31/12/2021 - R\$945.715) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 130.164 no Banco e R\$ 133.593 no Consolidado (31/12/2021 - R\$53.936 no Banco e R\$53.936 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$ 288.660 Banco e R\$ 319.020 no Consolidado (31/12/2021 - R\$256.770 no Banco e R\$283.528 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 20.e.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada,

Notas Explicativas

sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 e 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referentes aos períodos relativo ao segundo semestre de 1996 e semestres de 1997. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander, o que não resolveu o mérito do processo. Ingressamos com ação rescisória para anular a sentença em função de ausência de legitimidade da AFABESP (segundo precedente nº 573.232 do STF) ou reconhecer a nulidade do acórdão do TRT que não intimou o Banco Santander sobre os efeitos modificativos da decisão, bem como para suspender a execução no processo principal. A ação rescisória foi julgada improcedente, sendo que dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, em função da ausência de manifestação explícita acerca dos argumentos trazidos pelo Banco. Acerca dos Embargos de Declaração os pontos de omissão não foram respondidos como determina a legislação, motivo pelo qual foi interposto Recurso Extraordinário que teve o seguimento negado pelo TST. Desta decisão o Banco interpôs agravo, o qual está pendente de admissibilidade, tendo em vista que as decisões proferidas pelo Tribunal Superior do Trabalho contrariam posição já pacífica no STF (precedente nº 573.232), segundo o qual a Associação necessita de procuração específica para demandar em juízo, e, também a decisão afronta preceitos constitucionais acerca do acesso à justiça (inciso XXXV do art. 5º da CF) pela determinação de recolhimento excessivo de custas. Em relação a ação principal, em agosto de 2021, foi proferida decisão que determinou que a execução fosse feita individualmente no foro correspondente de cada representado e a AFABESP interpôs recurso que foi negado provimento, motivo pelo qual a decisão transitou em julgado.

Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. As atuais decisões do tribunal, e tampouco da vara no processo principal, não definem um valor específico a ser pago pelos substituídos, devendo os valores serem apurados em regular liquidação de sentença, razão pela qual já foram distribuídas aproximadamente 4,5 mil ações de cumprimento individual da sentença coletiva.

Em 31 de dezembro de 2022 a provisão está constituída com base na estimativa de perda provável das ações individuais contra o Banco.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão

Notas Explicativas

monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Cíveis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 31.522 milhões no Consolidado (31/12/2021 - R\$29.726 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 8.329 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 4.716 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 5.323 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 1.548 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 1.670 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 1.157 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris,

Notas Explicativas

referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 699 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 522 milhões.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre os rendimentos derivados da prestação de serviços realizados por empresa no exterior, por não comportarem transferência de tecnologia, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando a dupla tributação – TDTs. Em julho de 2013, foi concedida a tutela antecipada para suspensão da exigibilidade dos valores, e por conseguinte, sobreveio a sentença procedente. Atualmente, o processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em 30 de junho de 2022, o valor era de aproximadamente R\$ 692 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$315 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI – ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e os Recursos foram julgados improcedentes, motivo pelo qual foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário, ambos, pendentes de admissibilidade. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é provisionado tendo em vista que não há lista de representados devidamente homologada nos autos, bem como a execução permanece suspensa.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.488 milhões no Consolidado, tendo como principais processos:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo. Após procedência do recurso interposto pelo Banco no Superior Tribunal de Justiça, a parte iniciou uma nova liquidação de sentença.

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

f) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza cíveis, no montante de R\$496 (31/12/2021 – R\$496) no Banco e no Consolidado, sem ações de naturezas fiscais e trabalhistas, registrados em outros passivos (Nota 19) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos (Nota 12).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução do capital social do Santander Brasil no montante total de

Notas Explicativas

R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de R\$57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para R\$55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

						Em Milhares de Ações
31/12/2022						31/12/2021
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	120.850	146.392	267.242	109.718	135.345	245.063
De Domiciliados no Exterior	3.697.845	3.533.444	7.231.289	3.708.977	3.544.491	7.253.468
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(31.162)	(31.162)	(62.324)	(15.755)	(15.755)	(31.510)
Total em Circulação	3.787.533	3.648.674	7.436.207	3.802.940	3.664.081	7.467.021

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

		31/12/2022					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(5)	1.300.000	165,95	182,55	348,50	165,95	182,55	348,50
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.700.000	217,02	238,72	455,73	184,46	202,91	387,37
Dividendos (2)(6)	700.000	89,45	98,40	187,85	89,45	98,40	187,85
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.000.000	127,79	140,57	268,36	108,62	119,48	228,10
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	1.700.000	217,75	239,52	457,27	185,09	203,59	388,68
Dividendos (4)(6)	820.000	105,02	115,53	220,55	105,02	115,53	220,55
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	880.000	112,71	123,98	236,69	95,80	105,38	201,19
Total	8.100.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 01 de fevereiro de 2022, pagos no dia 04 de março de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2022, pagos no dia 16 de maio de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2022, pagos no dia 06 de setembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de outubro de 2022, pagos no dia 22 de novembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

(6) Serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2022.

		31/12/2021					
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Dividendos (1)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	3.400.000	434,04	477,45	911,49	368,94	405,83	774,77
Dividendos (3)(5)	3.000.000	382,98	421,28	804,26	382,98	421,28	804,26
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	249.000	31,79	34,97	66,75	27,02	29,72	56,74
Total	9.649.000						

Notas Explicativas

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2021, pagos no dia 02 de junho de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, pagos no dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de agosto de 2022, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.986.424 Units, representativas de 36.986.424 ações ordinárias e 36.986.424 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de junho de 2022, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2022, o Banco Santander possuía 345.962.035 ações ordinárias e 373.766.448 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de agosto de 2022, encerrando-se em 05 de fevereiro de 2024.

				Banco/Consolidado	
				Em Milhares de	
				Ações	
				31/12/2022	31/12/2021
				Quantidade	Quantidade
				Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período				15.755	18.829
Aquisições de Ações				20.297	91
Alienações - Remuneração Baseado em Ações				(4.891)	(3.165)
Ações em Tesouraria no Final do Período				31.161	15.755
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais				R\$ 1.217.545	R\$ 711.268
Custos de Emissão em Milhares de Reais				R\$ 1.771	R\$ 1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais				R\$ 1.219.316	R\$ 713.039
Custo/Cotação da Ação				Units	Units
Custo Mínimo (*)				R\$ 7,55	R\$ 7,55

Notas Explicativas

Custo Médio Ponderado (*)	R\$	27,73	R\$	33,86
Custo Máximo (*)	R\$	49,55	R\$	49,55
Cotação da Ação	R\$	28,19	R\$	29,98

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Banco RCI Brasil S.A.	857.368	916.393	126.897	94.649
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	218.808	177.880	41.107	15.905
Banco PSA	130.404	129.975	12.960	13.375
Rojo Entretenimento S.A.	7.692	6.939	528	(147)
GIRA	(73)	3.109	(3.182)	1.569
Toro CTVM	115.671	22.948	2.694	(4.402)
Toro Investimentos	18.538	-	(148)	-
Solution 4Fleet	1.648	-	(1.024)	-
Apê11	3.263	-	(478)	-
Total	1.353.319	1.257.244	179.354	120.949

22. Partes Relacionadas**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 25 de março de 2022 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2022, no montante de até R\$504.550, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Remuneração Fixa	117.630	97.780
Remuneração variável - Em espécie	117.877	115.723
Remuneração variável - Em ações	87.702	94.607
Outras	61.871	68.599
Total Benefícios de Curto Prazo	385.080	376.709
Remuneração variável - Em espécie	95.398	101.837
Remuneração variável - Em ações	99.827	109.918
Total Benefícios de Longo Prazo	195.225	211.755
Total	580.305	588.464

Adicionalmente, em 2022 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 37.635 (2021 - R\$ 32.719).

b) Rescisão do Contrato

Notas Explicativas

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						Em Milhares de Ações 31/12/2022
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.444	0,1%	4.444	0,1%	8.888	0,1%
Outros	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,6%
Total em Circulação	3.787.533	99,2%	3.648.674	99,2%	7.436.207	99,2%
Ações em Tesouraria	31.162	0,8%	31.162	0,8%	62.324	0,8%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	342.918	9,0%	370.723	10,1%	713.641	9,5%

						Em Milhares de Ações 31/12/2021
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.939	0,1%	5.029	0,1%	9.968	0,1%
Outros	357.831	9,4%	385.545	10,5%	743.376	9,9%
Total em Circulação	3.802.940	99,6%	3.664.081	99,6%	7.467.021	99,6%
Ações em Tesouraria	15.755	0,4%	15.755	0,4%	31.510	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	357.830	9,4%	385.544	10,5%	743.374	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Notas Explicativas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	10.706.879	2.223.451	69.978.695	116.021.480	16.288	1	80.701.862	118.244.932
Disponibilidades	725.598	1.479.611	180.964	8.732.257	-	-	906.562	10.211.868
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.836.003	-	43.027.732	85.460.227	-	-	49.863.735	85.460.227
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	764.635	1.277.596	-	-	764.635	1.277.596
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.978.168	(1.556.832)	452.537	(2.923.940)	-	-	3.430.705	(4.480.772)
Relações Interfinanceiras	-	-	21.404.794	18.859.193	-	-	21.404.794	18.859.193
Operações de Crédito	-	-	1.316.239	3.250.610	16.284	-	1.332.523	3.250.610
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	530.194	293.413	-	-	530.194	293.413
Negociação e Intermediação de Valores	237.394	531.612	-	-	-	-	237.394	531.612
Carteira de Câmbio - Líquida	(175.253)	(159.043)	-	-	-	-	(175.253)	(159.043)
Rendas a Receber	-	-	952.864	-	-	-	952.864	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	4.516	82.459	22.552	-	-	82.459	27.068
Outros Ativos - Diversos	104.969	1.923.587	1.266.277	1.049.572	4	1	1.371.250	2.973.160
Passivo	(23.563.739)	(25.508.810)	(45.428.700)	(20.956.304)	(118.449)	(522.996)	(69.110.888)	(46.988.110)
Depósitos	(3.063.898)	(10.995)	(4.045.388)	(28.918.620)	(31.040)	(28.409)	(7.140.326)	(28.958.024)
Operações Compromissadas	-	-	(7.479.418)	(7.262.118)	301	-	(7.479.117)	(7.262.118)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	201.054	128.214	201.054	128.214
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(7.104.035)	(11.167.495)	(32.417.116)	16.038.461	-	-	(39.521.151)	4.870.966
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(73)	-	(564.713)	-	258	-	(564.528)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(201.359)	(241.640)	(1.347.740)	(128.901)	-	-	(1.549.099)	(370.541)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.172.677)	(14.088.607)	-	-	-	-	(13.172.677)	(14.088.607)
Outros Passivos - Diversos	(21.770)	-	(139.038)	(120.413)	(298.121)	(639.507)	(458.929)	(759.920)
Garantias e Limites	-	-	-	-	9.357	16.448	9.357	16.448
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado	2.966.437	(986.214)	(4.050.193)	3.276.368	(515.744)	(306.571)	(1.599.500)	1.983.583
Receitas da Intermediação Financeira	4.264.513	1.650.397	562.269	2.714.642	834	116	4.827.616	4.365.155
Despesas da Intermediação Financeira	(1.062.993)	(2.395.188)	(4.663.996)	(445.961)	(2.651)	(450)	(5.729.640)	(2.841.599)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(235.083)	(241.423)	(352.424)	1.024.117	(513.927)	(306.237)	(1.101.434)	476.457
Resultado não Operacional	-	-	403.958	(16.430)	-	-	403.958	(16.430)

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	10.706.879	895.492	24.106.159	33.167.206	16.380	20.034	34.829.418	34.082.732
Disponibilidades	725.598	1.479.611	180.964	8.732.257	-	-	906.562	10.211.868
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.836.003	-	-	-	-	-	6.836.003	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	791.288	955.737	-	-	791.288	955.737
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.978.168	(2.884.861)	-	107.223	-	-	2.978.168	(2.777.638)
Relações Interfinanceiras	-	-	21.381.455	18.857.386	-	-	21.381.455	18.857.386
Operações de Crédito	-	-	830.506	3.528.333	16.376	20.033	846.882	3.548.366
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	26.210	21.811	-	-	26.210	21.811
Negociação e Intermediação de Valores	237.394	531.612	-	-	-	-	237.394	531.612
Carteira de Câmbio - Líquida	(175.253)	(159.043)	-	-	-	-	(175.253)	(159.043)
Rendas a Receber	-	-	889.699	-	-	-	889.699	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	4.516	6.037	1.378	-	-	6.037	5.894
Outros Ativos - Diversos	104.969	1.923.657	-	963.081	4	1	104.973	2.886.739
Passivo	(23.563.760)	(25.508.831)	(8.202.759)	(10.323.407)	211.170	(547.895)	(31.555.349)	(36.380.133)
Depósitos	(3.063.898)	(10.995)	(1.401.719)	(1.496.059)	(31.040)	(28.672)	(4.496.657)	(1.535.726)
Operações Compromissadas	-	-	(271.303)	(1.003.908)	301	-	(271.002)	(1.003.908)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	201.054	128.593	201.054	128.593
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(7.104.035)	(11.167.495)	(6.326.097)	(7.079.955)	-	-	(13.430.132)	(18.247.450)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(73)	-	(564.713)	-	-	-	(564.786)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(201.380)	(241.661)	(37.641)	(31.280)	-	-	(239.021)	(272.941)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(13.172.677)	(14.088.607)	-	-	-	-	(13.172.677)	(14.088.607)
Outros Passivos - Diversos	(21.770)	-	(165.999)	(147.492)	31.498	(664.264)	(156.271)	(811.756)
Garantias e Limites	-	-	-	-	9.357	16.448	9.357	16.448
	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado	2.966.437	(986.214)	1.715.737	2.481.603	(599.813)	(306.571)	4.082.361	1.188.818
Receitas da Intermediação Financeira	4.264.513	1.650.397	461.325	72.338	834	116	4.726.672	1.722.851
Despesas da Intermediação Financeira	(1.062.993)	(2.395.188)	(366.258)	(24.534)	(2.651)	(450)	(1.431.902)	(2.420.172)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(235.083)	(241.423)	1.216.712	2.450.229	(597.996)	(306.237)	383.633	1.902.569
Resultado não Operacional	-	-	403.958	(16.430)	-	-	403.958	(16.430)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 14.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.

Notas Explicativas

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Administração de Recursos	608.234	741.483	1.257.323	1.337.705
Serviços de Conta Corrente	3.815.939	3.805.750	3.828.032	3.812.189
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.225.547	1.155.341	1.824.741	1.510.200
Operações de Crédito	604.461	485.729	1.202.521	840.588
Rendas de Garantias Prestadas	621.086	669.612	622.220	669.612
Comissões de Seguros	1.969.079	2.043.139	3.605.632	3.555.495
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	5.341.852	4.891.903	5.510.252	5.430.163
Cobrança e Arrecadações	1.387.132	1.491.865	1.406.040	1.511.741
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	1.159.867	1.019.204	1.480.874	1.322.780
Outras	139.720	354.970	395.169	882.903
Total	15.647.370	15.503.655	19.308.063	19.363.176

24. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Remuneração	3.719.934	3.397.120	4.476.345	3.886.537
Encargos	1.264.280	1.377.279	1.575.122	1.611.376
Benefícios	1.234.120	1.203.198	1.642.099	1.500.931
Treinamento	48.180	48.705	62.213	55.557
Outras	4.274	1.165	108.601	76.753
Total	6.270.788	6.027.467	7.864.380	7.131.154

25. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Depreciações e Amortizações	2.853.434	3.637.533	3.057.385	3.822.494
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.687.335	2.282.474	2.456.734	2.472.714
Comunicações	317.963	393.789	348.964	412.695
Processamento de Dados	3.194.559	3.115.410	2.879.135	2.769.084
Propaganda, Promoções e Publicidade	441.683	452.289	614.843	609.403
Aluguéis	882.448	857.909	894.531	864.685
Transportes e Viagens	130.482	89.575	180.088	118.093
Serviços do Sistema Financeiro	311.131	311.069	358.767	383.846
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	532.535	537.952	538.120	540.069
Manutenção e Conservação de Bens	283.211	301.533	311.345	311.971
Água, Energia e Gás	197.253	184.526	205.028	189.585
Material	121.779	107.374	134.771	122.151
Outras	1.106.001	922.630	969.096	913.675
Total	13.059.814	13.194.063	12.948.807	13.530.465

26. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	1.690.886	588.140
Resultado com Cartões	1.097.342	676.854	1.820.918	864.549
Atualização de Depósitos Judiciais	536.237	331.513	688.576	437.885
Atualização de Impostos a Compensar	673.292	197.801	819.970	219.257
Recuperação de Encargos e Despesas	1.472.872	1.138.495	1.372.601	857.665
Variação Monetária Ativa	23	-	423	-
Variação Cambial - Exterior	842.769	170.737	984.315	170.279
Outras (1)	3.003.342	463.245	5.167.659	1.783.650
Total	7.625.877	2.978.645	12.545.348	4.921.425

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui, principalmente, variação cambial, receita de juros, reversões de provisões e ganhos na comercialização de energia

Notas Explicativas

27. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 20.c)	144.787	85.877	165.120	124.822
Trabalhistas (Nota 20.c)	720.840	800.704	802.359	833.487
Cíveis (Nota 20.c)	298.527	462.721	510.104	628.477
Despesas com Cartão de Crédito	4.248.457	3.613.795	3.996.219	3.219.333
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	202.932	202.494	209.801	200.585
Despesas Judiciais e Custas	180.336	208.758	185.486	210.290
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	132.236	124.859	135.353	128.613
Corretagens e Emolumentos	85.452	85.998	85.455	86.212
Comissões	2.155.211	1.400.810	3.308.048	2.700.506
Avaliação do Valor Recuperável	15.037	14.899	15.037	14.899
Outras (1)	3.779.038	3.985.346	8.090.090	6.666.439
Total	11.962.853	10.986.261	17.503.072	14.813.663

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

28. Resultado Não Operacional

	01/01 a 31/12/2022	Banco 01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2021
Resultado na alienação de Investimentos	-	-	-	(59)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	81.853	81.439	48.731	68.882
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	4.357	(19.309)	38.171	(25.952)
Despesas com Bens não de Uso	(39.639)	(51.937)	(41.284)	(53.489)
Ganhos (Perdas) de Capital (1)	397.390	(49.495)	402.615	(55.574)
Outras Receitas (Despesas)	73.515	98.137	94.881	75.192
Total	517.476	58.835	543.114	9.000

(1) Refere-se basicamente ao resultado não operacional na aquisição da participação societária na CIP em 2022 por método de equivalência patrimonial, no valor antes de impostos de R\$ 347.447 (líquido de tributos: R\$ 191.096), no Banco e no Consolidado.

Notas Explicativas

29. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

1) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Com o objetivo de promover maior estabilidade atuarial e adequar a estrutura dos planos patrocinados às melhores práticas do mercado, foi criado na Banesprev um plano de Contribuição Definida (CD), com a finalidade exclusiva de receber, por meio de migração voluntária, participantes e assistidos dos seguintes planos BD's: Plano I, Plano II, Plano V, Plano Pré-75, DCA, DAB, CACIBAN e Sanprev Plano I. O processo para criação do Plano CD foi aprovado pela Previc na Portaria nº 611 publicada em 13/09/2021, sendo que o Plano CD foi criado oficialmente em mar/22.

O Banco Santander (Brasil) S.A. contabilizou os impactos oriundos da migração e criação do novo Plano CD em 31/03/2022, sendo que no resultado foi registrada despesa de R\$ 42 milhões, em OCI foi apurado ganho bruto no montante de R\$ 228 milhões e na Banesprev foi realizado aporte no valor de R\$ 117 milhões. Esse aporte extraordinário ocorreu por conta da parcela da insuficiência de responsabilidade dos patrocinadores para os planos deficitários.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

Notas Explicativas

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Bandeprev - Bande Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bande S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bande S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

III) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 54.298 (2021 - R\$ 53.692) no Banco e R\$ 59.641 (2021 - R\$ 60.725) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGDL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGDL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-avermadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 21.394 (2021 - R\$ 15.124) no Banco e R\$ 23.566 (2021 - R\$ 17.880) no Consolidado.

Notas Explicativas

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2022			Banco 31/12/2021		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(22.268.687)	(4.217)	(1.413.385)	(24.476.356)	(4.455)	(1.532.427)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.657.040	3.535	2.056.633	25.460.958	3.703	2.182.891
	2.388.353	(682)	643.248	984.602	(752)	650.464
Sendo:						
Superávit	3.589.592	-	643.248	3.070.651	-	650.464
Déficit	(1.201.239)	(682)	-	(2.086.049)	(752)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	3.363.293	-	634.170	2.847.412	-	642.604
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	226.299	-	9.078	223.240	-	7.860
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(1.201.239)	(682)	-	(2.086.049)	(752)	-
Contribuições Efetuadas	746.407	-	(2)	581.513	-	(3)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(148.919)	(71)	589	(173.600)	(79)	193
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.055.055)	50	9.392	(3.356.005)	(92)	8.761
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.459.959	645	19.769	1.457.501	460	(26.644)

	31/12/2022			Consolidado 31/12/2021		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(22.689.118)	(4.217)	(1.413.385)	(24.967.077)	(4.455)	(1.532.427)
Valor Justo dos Ativos do Plano	25.256.549	3.535	2.056.633	26.135.232	3.703	2.182.891
	2.567.431	(682)	643.248	1.168.155	(752)	650.464
Sendo:						
Superávit	3.791.264	-	643.248	3.282.428	-	650.464
Déficit	(1.223.833)	(682)	-	(2.114.272)	(752)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	3.507.572	-	634.170	3.002.479	-	642.604
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	283.692	-	9.078	279.949	-	7.860
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	(1.223.833)	(682)	-	(2.114.272)	(752)	-
Contribuições Efetuadas	746.407	-	(2)	581.834	-	(3)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(153.038)	(71)	589	(171.357)	(79)	193
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.094.961)	50	9.392	(3.389.048)	(92)	8.761
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.494.535	645	19.769	1.343.548	460	(26.644)

Notas Explicativas

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2022			Banco 31/12/2021		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(648.993)	(528)	(43.982)	(2.437.959)	(467)	(158.262)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.906.390	308	139.901	4.279.128	554	256.647
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.257.397	(220)	95.919	1.841.169	87	98.385
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	785.599	362	(157.636)	(416.650)	220	(182.577)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	785.599	362	(157.636)	(416.650)	220	(182.577)
Mudança no Superávit Irrecuperável	177.712	-	62.348	(851.997)	-	84.398

	31/12/2022			Consolidado 31/12/2021		
	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(696.050)	(528)	(43.982)	(2.481.391)	(467)	(158.262)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.947.242	308	139.901	4.375.431	554	256.647
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.251.192	(220)	95.919	1.894.040	87	98.385
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(805.641)	362	(157.636)	(608.960)	220	(182.577)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(805.641)	362	(157.636)	(608.960)	220	(182.577)
Mudança no Superávit Irrecuperável	(144.920)	-	62.348	(714.652)	-	84.398

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2022	31/12/2021
Banesprev		
Plano I	8,87	12,57
Plano II	9,48	12,92
Plano III	8,30	11,54
Plano IV	10,11	14,82
Plano V	7,19	9,51
Pré-75	7,83	10,45
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	5,17/4,79/5,67	6,47/5,93/7,27
Sanprev		
Plano I	5,78	6,79
Plano II	9,24	12,76
Plano III	8,25	11,06
Bandeprev		
Plano Básico	7,74	10,53
Plano Especial I	5,61	7,23
Plano Especial II	5,16	6,46
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	5,90	8,11

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado HolandaPrevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Notas Explicativas

Clinica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermagem, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Lei 9.656 (Diretores): Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do DIRETOR, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Notas Explicativas

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2022		Banco 31/12/2021		31/12/2022		Consolidado 31/12/2021	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.884.981)	(550.687)	(4.342.690)	(613.101)	(4.037.977)	(550.687)	(4.510.768)	(613.101)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.758.029	-	4.906.369	-	4.945.407	-	5.096.262	-
	873.048	(550.687)	563.679	(613.101)	907.430	(550.687)	585.495	(613.101)
Sendo:								
Superávit	873.048	-	563.678	-	907.429	-	585.495	-
Déficit	-	(550.687)	-	(613.101)	-	(550.687)	-	(613.101)
Valor não Reconhecido como Ativo	(873.048)	-	(563.678)	-	907.429	-	585.495	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)	-	(550.687)	-	(613.101)	-	(550.687)	-	(613.101)
Contribuições Efetuadas	161.605	36.779	149.181	37.255	164.766	36.779	152.096	37.255
Receitas (Despesas) Reconhecidas	4.114	(54.462)	4.001	(56.798)	4.006	(54.462)	3.626	(56.798)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.377.516)	74.572	(1.208.790)	(5.525)	(1.355.968)	74.572	(1.190.988)	(5.525)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	42.339	-	(111.147)	-	45.779	-	(118.549)	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2022		Banco 31/12/2021		31/12/2022		Consolidado 31/12/2021	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(23.045)	12.643	(336.602)	49.985	(23.501)	12.643	(340.863)	49.985
Mudanças em Hipóteses Financeiras	492.989	67.328	984.402	116.272	512.958	67.328	1.020.225	116.272
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	126	-	(446)	-	126	-	(446)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	469.944	80.097	647.800	165.811	489.457	80.097	679.362	165.811
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(390.745)	-	(498.406)	-	(403.979)	-	(521.100)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(390.745)	-	(498.406)	-	(403.979)	-	(521.100)	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	(244.178)	-	(302.576)	-	(254.205)	-	(313.894)	-

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2022	31/12/2021
Cabesp	11,83	16,03
Bandepe	9,79	18,03
Clínica Grátis	8,91	12,28
Diretores Vitalícios	6,88	9,36
Diretores Saúde	22,61	30,28
Circulares (1)	8,74 e 7,98	11,62 e 12,97
Seguro de Vida	7,88	8,04

(1) A duração 8,74 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2021 – 13,47) e 7,98 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2021 – 11,92).

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2022, válidos para 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Dívida	95,1%	96,7%
Bens Imóveis	0,2%	0,2%
Outros	4,7%	3,2%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	31/12/2022		Banco/Consolidado	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	9,44% (1) e 9,64%	9,46% (2) e 9,64%	8,4%	8,4%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,5%	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75;

(2) Cabesp.

Notas Explicativas

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, teriam os seguintes efeitos:

	31/12/2022		Banco/Consolidado 31/12/2021	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(22.524)	(240.984)	(25.444)	(305.114)
(-)0,5%	24.802	265.351	28.133	337.349
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(42.586)	(455.624)	(44.619)	(535.039)
Aplicada (-) 2 anos	45.310	484.763	47.934	574.793
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	29.297	313.438	31.280	375.089
(-)0,5%	(27.104)	(289.978)	(28.762)	(344.891)

Notas Explicativas

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021		
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	40.403 (3)	R\$ 4.216.667 (3)		
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$ 4.002.000 (1)	R\$ 3.668.000 (1)		
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$ - (4)	R\$ 2.986.667 (1)		
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$ 23.490.000 (1)	R\$ 13.520.000 (1)		
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ 1.500.000 (1)	R\$ 1.834.000 (1)		
		07/2019 a 06/2022	2022	111.066 SANB11 (5)	111.962 SANB11		
		09/2020 a 09/2022	2022	304.594 SANB11 (6)	301.583 SANB11		
		01/2020 a 09/2023	2023	209.278 SANB11	249.666 SANB11		
		01/2021 a 12/2022	2023	139.163 SANB11	177.252 SANB11		
		01/2021 a 12/2023	2024	343.863 SANB11	327.065 SANB11		
		01/2021 a 12/2024	2024	222.178 SANB11	30.545 SANB11		
		01/2022 a 12/2025	2025	66.323 SANB11	- SANB11		
		Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	2023		159.253 SAN (2)	309.576 SAN (2)
				2023, com limite para exercício das opções até 2030		832.569 Opções s/ SAN (2)	1.618.445 Opções s/ SAN (2)
02/2024				124.184 SAN (2)	135.632 SAN (2)		
02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029				370.477 Opções s/ SAN (2)	404.630 Opções s/ SAN (2)		
2025				150.703 SAN (2)	- SAN (2)		
2025, com limite para exercício das opções até 2030				578.713 Opções s/ SAN (2)	- Opções s/ SAN (2)		
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2022				R\$ 28.992.000 (1)	R\$ 26.225.334 (1)		
				1.436.868 SANB11	1.198.073 SANB11		
				434.140 SAN (2)	445.208 SAN (2)		
				1.781.759 Opções s/ SAN (2)	2.023.075 Opções s/ SAN (2)		

(1) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga.

(2) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(3) Plano finalizado em 31/12/2021, com atingimento dos indicadores de performance em 72,25%. Em 31/03/2022, foi realizada entrega de 40.403 ações brutas, correspondente à parcela de 2022, restando 40.403 ações para a pagamento em Março/2023.

(4) Plano encerrado e revertido em Ago/2022, quando se verificou que os indicadores de performance não seriam atingidos.

(5) Plano de retenção finalizado, pago em Jul/2022.

(6) Plano de retenção finalizado, pago em Set/2022.

Notas Explicativas

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP

Atualmente, temos 2 planos globais lançados em 2019, 2020 e 2021. Os executivos elegíveis tinham uma meta de incentivo definida em reais. O pagamento de acordo com o cumprimento dos indicadores de desempenho será calculado em ações e opções do Grupo Santander (SAN), após um período de diferimento de três anos, com liquidação equivalente em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 01/07/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de *vesting* o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

f.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Notas Explicativas

		Consolidado	
		01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	25.506	20.720
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	3.706	3.534

f.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

			Banco		Consolidado	
Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	5.680	66.694	9.557	63.658
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	70.486	111.673	74.805	111.995

Notas Explicativas

30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – Cultura Risk Pro;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

Neste cenário desafiador em consequência da pandemia de COVID-19, a carteira e os clientes foram acompanhados tempestivamente e com cautela. Na tentativa de mitigar grandes impactos de liquidez das empresas e dar o suporte financeiro necessário para auxiliar a todos os setores da economia, todas as novas produções e prorrogações foram analisadas com objetivo de atender às necessidades dos clientes, observando sempre os critérios estabelecidos de classificação de risco e governança para a aprovação de novas operações.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.e.).

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação dos preços de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições a estes riscos (taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, mercadorias, etc).

A Gestão do Risco de Mercado do Santander é aderente à Resolução CMN 4.557 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento das posições são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam

Notas Explicativas

em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidades oriundas das oscilações de mercado, "gaps" de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

C. Risco Operacional e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração e adotando a definição do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei Sarbanes-Oxley - SOX (Securities and Exchange Commission).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de Compliance visa supervisionar a adesão às normativas aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, Clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e Combate ao Financiamento ao Terrorismo (CFT)

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturação relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

G. Risco Socioambiental

A fim de promover o desenvolvimento de negócios sustentáveis e de forma mais segura, o Banco Santander realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossas atividades e que possam trazer impactos à Organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise do risco social, ambiental e climático, para concessão de crédito, dos clientes Atacado, do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental, além de operações agro, garantias, fusões e aquisições. Nesses casos, o risco socioambiental e climático é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos, mesmos em projetos que eventualmente não sejam enquadrados nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945 que passaram a vigorar em julho/2022, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

Notas Explicativas

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

b) Limites Operacionais

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência Nível I	75.943,7	76.969,9
Capital Principal	69.229,0	69.919,9
Capital Complementar (Nota 18.b)	6.714,7	7.050,1
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 18.b)	13.109,8	12.591,3
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	89.053,5	89.561,3
Risco de Crédito (1)	559.230,6	527.119,3
Risco de Mercado (2)	19.332,1	15.122,2
Risco Operacional	60.073,2	58.499,8
Total de RWA (3)	638.635,9	600.741,3
Índice de Basileia Nível I	11,89	12,81
Índice de Basileia Capital Principal	10,84	11,64
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	13,94	14,91

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.714 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWacom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWacam).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2022.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(3.551)	(118.932)	(237.864)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(133)	(2.163)	(4.327)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(338)	(1.090)	(2.180)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.201)	(11.599)	(23.198)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(4.779)	(119.468)	(238.936)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(598)	(7.856)	(15.712)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(10.476)	(117.218)	(234.436)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(428)	(10.688)	(21.375)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(588)	(14.688)	(29.376)
Total (1)		(24.092)	(403.702)	(807.404)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações);

Cenário 2: Choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: Choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(73.325)	(2.801.686)	(5.869.026)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(8.008)	(220.681)	(404.026)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(39.332)	(629.260)	(1.159.017)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(13.644)	(148.985)	(288.282)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(399)	(5.284)	(11.041)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(25.479)	(290.492)	(601.714)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(422)	(10.539)	(21.079)
Total (1)		(160.609)	(4.106.927)	(8.354.185)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: Choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: Choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Notas Explicativas**31. Reestruturações Societárias**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander", "Santander Brasil" ou "Companhia"):

a) Investimento da Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. na Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Em 20 de dezembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), em conjunto com os demais acionistas, realizou o fechamento da operação de investimento, por meio de subscrição de novas ações, pela Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. ("Lexisnexis") na Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"). Com a conclusão da subscrição a Lexisnexis passa a ser acionista titular de ações equivalentes a 20% (vinte por cento) do capital social da GIC.

Com a implementação do fechamento e a entrada da Lexisnexis na GIC, o Santander passa a ser titular de 15,559% das ações de emissão da GIC.

b) Venda da totalidade da participação detida pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. no Banque PSA Finance, S.A. e pela Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 29 de novembro de 2022, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") formalizaram, junto ao Banque PSA Finance, S.A. ("Banque PSA") e Stellantis Services Ltd. ("Stellantis Services"), determinado contrato de compra e venda de participações societárias e outras avenças referente a venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A., para o Banque PSA, e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., para a Stellantis Services ("Operação").

A efetivação da Operação estará sujeita à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

c) Investimento da Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. na Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Em 9 de novembro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") celebrou um acordo de investimento para se tornar acionista ("Operação") da Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. ("Biomas").

A Biomas é uma empresa constituída com a finalidade de prestar serviços voltados para o desenvolvimento e execução de atividades destinadas à restauração e conservação da biodiversidade e ecossistemas naturais, se alinhando, portanto, com os propósitos ESG (Environmental, Social and Governance) do Grupo Santander.

A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

d) Cisão Total da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. para Return Capital S.A. e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda.

Em 31 de outubro de 2022, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") foi cindida totalmente tendo seu patrimônio absorvido por ambas suas controladas diretas, Return Capital S.A. ("Return") e Liderança Serviços Especializados em Cobrança Ltda. ("Liderança") de acordo com as proporções estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. Com a implementação da cisão total a Return teve seu capital aumentado em R\$ 3.990.617.559,32 e a Liderança em R\$ 267.027.054,61, ambas passando a ser detidas diretamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. como o único acionista da Return e único sócio da Liderança.

e) Aquisição de participação na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.

Em 26 de setembro de 2022, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") subscreveu o aumento de capital na SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda ("SX Tools") passando a ser o único sócio da sociedade. Em 30 de setembro de 2022 estava pendente a integralização do capital. A SX Tools irá atuar primariamente na prestação de serviços ao Banco Santander e empresas do Grupo e irá concentrar as contratações de fornecedores de tecnologias voltadas para prestação de tais serviços.

Notas Explicativas**f) Aquisição de participação na CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.**

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores, junto a CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças ("Acordo") com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Acordo, o fechamento da Operação ocorreu em 26 de maio de 2022, de forma que a Santander Corretora passou a deter 20% (vinte por cento) da participação acionária da CSD BR.

g) Venda da totalidade da participação detida na Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e Paytec Logística e Armazém Ltda.

Em 26 de maio de 2022, o Banco Santander celebrou, junto à Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento ("Getnet IP"), o contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, de 100% das quotas sociais da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. ("Operação"). Com a implementação da Operação a Getnet IP passou a deter diretamente 100% das quotas da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda e indiretamente o controle da Paytec Logística e Armazém Ltda.

h) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

i) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passaria a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. Após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, o fechamento da Operação foi formalizado em 4 de janeiro de 2022.

j) Aquisição de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 2 de setembro de 2021, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinados Contrato de Compra e Venda de Ações e Acordo de Investimento, pelos quais, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 90% do capital social da Apê11 ("Operação"). A Apê11 atua como um marketplace colaborativo, pioneiro na digitalização da jornada de compra de casas e apartamentos. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 16 de dezembro de 2021.

k) Aquisição de Participação Societária na Solution 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda.

Em 13 de julho de 2021, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), celebrou, junto aos sócios da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial Ltda. ("Solution4Fleet"), determinados Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Aymoré passaria a deter 80% do capital social da Solution 4Fleet ("Operação"). A Solution 4Fleet é especializada na estruturação de negócios de locação e de assinatura de veículos – modalidade de aluguel de longo prazo

Notas Explicativas

para pessoa física. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 8 de outubro de 2021.

l) Aquisição de Participação Societária na Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança") e Fozcobra Agência de Cobranças Ltda. ("Fozcobra") e subsequente incorporação da Fozcobra pela Liderança.

Em 4 de agosto de 2021, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança"), determinado Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passaria a deter 100% do capital social da Liderança ("Operação"). A Liderança atua na área de recuperação de créditos em atraso, prestando serviços de cobranças extrajudiciais para instituições financeiras de diferentes portes, redes varejistas, operadoras de telecomunicações e montadoras, entre outros, e possui uma subsidiária, a Fozcobra Agência de Cobranças Ltda. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, o fechamento da Operação foi formalizado em 1º de outubro de 2021. Ato contínuo, a Fozcobra foi incorporada pela Liderança em 4 de outubro de 2021.

m) Aquisição de Participação Societária na Car10 Tecnologia e Informação S.A. e Pag10 Fomento Mercantil Eireli.

Em 13 de julho de 2021, a Webmotors S.A. ("Webmotors"), celebrou, junto aos sócios da Car10 Tecnologia e Informação S.A. ("Car10 Tecnologia") e Pag10 Fomento Mercantil Eireli. ("Pag10" e, em conjunto com a Car10 Tecnologia, "Car10"), determinados Acordos de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Webmotors passaria a deter aproximadamente 66,7% do capital social da Car10 Tecnologia que, por sua vez, é única titular da Pag10 ("Operação"). A Car10 atua como um marketplace que reúne mais de 7 mil fornecedores de serviços como oficinas e autocenters; funilaria e pintura; e limpeza e higienização, além de assistência emergencial e reboque. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 20 de setembro de 2021.

n) Reorganização societária Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Banco Bandepe S.A.

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações").

o) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária na Toro Controle

Em 29 de setembro de 2020, a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM", nova denominação social da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle fora uma holding que, em última instância, controlava a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Santander DTVM passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos.

p) Cisão Parcial da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Santander Brasil, em 31 de março de 2021, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a cisão parcial do Santander Brasil, para a segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a própria Getnet. Após a conclusão da cisão, os acionistas do Santander Brasil se tornaram acionistas diretos da Getnet na proporção de sua participação no capital social do Santander Brasil.

Como resultado da Cisão, o capital social do Santander Brasil foi reduzido no montante total de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de R\$ 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para R\$ 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

Notas Explicativas

32. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 49.017.204 (31/12/2021 - R\$49.624.633) no Banco e R\$ 49.017.204 (31/12/2021 - R\$49.624.633) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 18.934.221 (31/12/2021 - R\$2.770.684) e o total de fundos de investimento administrados é de R\$ 265.517.852 (31/12/2021 - R\$192.927.475) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2022, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 (31/12/2021 - R\$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2022, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.050 (31/12/2021 - R\$1.546.120)

d) Entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das resoluções CMN 3.263/2005 e 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 Ano	284.945	715.576
Entre 1 a 5 Anos	1.044.715	1.420.853
Mais de 5 Anos	224.536	181.417
Total	1.554.196	2.317.846

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 700 (31/12/2021 - R\$801) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2022, foram no valor de R\$ 391.408 (2021 - R\$369.482).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado

Notas Explicativas

observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Em milhares de Reais			2022		
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.677.251	69.677.251	7.828.888	57.043.732	4.804.631
Títulos e Valores Mobiliários	206.243.602	206.044.571	138.840.517	14.148.955	53.055.099
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.115.580	21.115.580	-	20.842.648	272.932
Operações de Crédito	411.414.378	407.040.905	-	-	407.040.905
Total	708.450.811	703.878.307	146.669.405	92.035.335	465.173.567

Em milhares de Reais			2021		
Ativo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.629.318	33.629.318	1.224.817	25.912.368	6.492.133
Títulos e Valores Mobiliários	227.705.982	228.618.182	162.531.523	21.640.333	44.446.326
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.089.724	21.089.724	-	20.833.986	255.738
Operações de Crédito	383.479.674	377.805.784	-	-	377.805.784
Total	665.904.698	661.143.008	163.756.340	68.386.687	428.999.981

Notas Explicativas

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor de mercado e seus respectivos valores de mercado em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021:

Em milhares de Reais			2022		
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	420.928.829	420.911.528	-	-	420.911.528
Captações no Mercado Aberto	109.760.924	109.736.191	-	109.736.191	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	81.721.122	81.721.121	-	-	81.721.121
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	127.409.086	125.851.388	-	-	125.851.388
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.858.420	19.858.420	-	19.624.658	233.762
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.537.618	19.537.618	-	-	19.537.618
Total	779.215.999	777.616.266	-	129.360.849	648.255.417

Em milhares de Reais			2021		
Passivo	Valor Contábil	Valor de Mercado	1	2	3
Depósitos	403.639.687	403.598.886	-	-	403.598.886
Captações no Mercado Aberto	95.648.600	95.604.396	-	95.604.396	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	91.586.750	91.586.750	-	-	91.586.750
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	95.380.860	94.198.680	-	-	94.198.680
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.647.231	24.647.231	-	24.213.648	433.583
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.641.408	19.641.408	-	-	19.641.408
Total	730.544.536	729.277.351	-	119.818.044	609.459.307

h) Resultados recorrentes/não recorrentes

	2022			Banco 2021		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2022	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira	89.128.977	-	89.128.977	89.510.090	-	89.510.090
Despesas da Intermediação Financeira	(71.178.111)	-	(71.178.111)	(56.931.567)	-	(56.931.567)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	17.950.866	-	17.950.866	32.578.523	-	32.578.523
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(5.352.191)	(227.543)	(5.579.734)	(10.190.929)	(1.229.547)	(11.420.476)
Resultado Operacional	12.598.675	(227.543)	12.371.132	22.387.594	(1.229.547)	21.158.047
Resultado não Operacional (b)	116.960	400.516	517.476	58.835	-	58.835
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	12.715.635	172.973	12.888.608	22.446.429	(1.229.547)	21.216.882
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b)	1.384.163	23.869	1.408.032	(4.287.286)	(73.492)	(4.360.778)
Participações no Lucro	(1.938.115)	-	(1.938.115)	(1.860.596)	-	(1.860.596)
Lucro Líquido	12.161.683	196.842	12.358.525	16.298.547	(1.303.039)	14.995.508

Notas Explicativas

	2022			2021		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2022	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira	99.768.622	-	99.768.622	99.112.242	-	99.112.242
Despesas da Intermediação Financeira	(71.653.934)	-	(71.653.934)	(59.797.367)	-	(59.797.367)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	28.114.688	-	28.114.688	39.314.875	-	39.314.875
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(11.030.431)	(329.574)	(11.360.005)	(14.422.765)	(1.229.547)	(15.652.312)
Resultado Operacional	17.084.257	(329.574)	16.754.683	24.892.110	(1.229.547)	23.662.563
Resultado não Operacional (b)	142.598	400.516	543.114	9.000	-	9.000
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	17.226.855	70.942	17.297.797	24.901.110	(1.229.547)	23.671.563
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b)	(2.318.194)	(8.043)	(2.326.237)	(6.429.733)	(73.492)	(6.503.225)
Participações no Lucro	(2.222.015)	-	(2.222.015)	(2.059.673)	-	(2.059.673)
Participações dos Acionistas Minoritários	(179.354)	-	(179.354)	(120.949)	-	(120.949)
Lucro Líquido	12.507.292	62.899	12.570.191	16.290.755	(1.303.039)	14.987.716
a)	Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$ 329.574 (2021 - R\$ 1.229.547) no Banco e no Consolidado, com impacto líquido de tributos de R\$ 181.266 (2021 - R\$ 1.139.307).					
b)	Resultado não operacional na aquisição da participação societária na CIP em 2022 por método de equivalência patrimonial, no valor antes de impostos de R\$347.447 e ganho de capital de 53.069 após o fechamento da operação de investimento da Lexisnexis Serviços de Análise de Riscos Ltda na Gestora de Inteligência de Crédito (GIC), vide nota 31 (líquido de tributos: R\$ 191.096), no Banco e no Consolidado.					

33. Eventos Subsequentes

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de janeiro de 2023, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser até o dia 30 de abril de 2023, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Juros Sobre Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 26 de janeiro de 2023 (inclusive). Dessa forma, a partir de 27 de janeiro de 2023 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio será pago a partir do dia 06 de março de 2023. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária para ambos.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(g) e 8)

A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN no 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, às premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(q) e 20)

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre e exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação (Nota 30(a))

O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira,

constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A., referentes ao quarto trimestre de 2022 e exercício social de 2022, e concluíram, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o parecer sem ressalva da PwC Auditores Independentes, que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2023.

CONSELHO FISCAL

José Roberto Machado Filho – Presidente

Luciano Faleiros Paolucci

Louise Barsi

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos conforme deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2022.

No tocante às suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2022 em padrão BrGaap, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulamentação vigente.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2022, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar" e "Insatisfatório"; e (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2022. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do ano de 2022, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à regulamentação. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reúne com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a regulamentação vigente, foram apresentados ao Comitê de Auditoria os trabalhos executados pela Ouvidoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

VI – Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta -

Decon.

VII – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (v) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vi) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (vii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (viii) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2022, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 26 de janeiro de 2023.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora

Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeira

René Luiz Grande

Vania Maria da Costa Borgerth

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco. Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2022:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Andrea Marques de Almeida

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos José da Costa André *

Ede Ilson Viani

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Jean Pierre Dupui

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman *

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

André Juaçaba de Almeida

André Rosenblit

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus de Queiroz

Claudenice Lopes Duarte

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gustavo Alejo Viviani

Gustavo de Souza Fosse

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

Luciana de Aguiar Barros

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marilize Ferrazza Santinoni

Murilo Setti Riedel

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Sérgio Duailibi

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivares de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Tiago Celso Abate
Vítor Ohtsuki

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, que inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco. Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2022:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente
Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alessandro Tomao
Andrea Marques de Almeida
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos José da Costa André
Ede Ilson Viani
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Jean Pierre Dupui
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite
Renato Ejnisman
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores sem Designação Específica
Adriana Marques Lourenço de Almeida
Alexandre Guimarães Soares
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
André Juaçaba de Almeida
André Rosenblit
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus de Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Francisco Soares da Silva Junior
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Germanuela de Almeida de Abreu
Gustavo Alejo Viviani
Gustavo de Souza Fosse
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
Luciana de Aguiar Barros
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marilize Ferrazza Santinoni
Murilo Setti Riedel
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Sérgio Duailibi
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Sandro Rogério da Silva Gamba
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Tiago Celso Abate
Vítor Ohtsuki